



BRASIL AGORA



ANO I Nº 14

11 A 24 DE MAIO DE 1992

Cr\$ 2.500,00

ESTE MÍNIMO É POSSÍVEL:

Cr\$
1.700.000,00

PÁGINAS 7, 8 E 9

PRIVATIZAÇÃO
PÁGINA 3

LOS ANGELES
PÁGINA 11

PROSTITUIÇÃO
PÁGINA 15

ECOLOGIA
PÁGINA 16

*A renda per capita do brasileiro
cresceu 5 vezes de 1940 para cá.
O salário-mínimo caiu para um quarto
de seu valor original. Para Walter Barelli
é possível fazer o mínimo
chegar a 700 dólares nesta década.*

Um mínimo de dignidade

“Vão ter que nos respeitar.” A advertência, disparada por Gabriela da Silva Leite, a líder das prostitutas brasileiras, é oportuna. Afinal, no país das mamatas, dos escândalos e da corrupção institucionalizada, não só as prostitutas tentam sair do gueto. Também os trabalhadores de salário-mínimo lutam por uma vida melhor, por uma remuneração mais digna, que o governo e os partidos da situação insistem em lhes recusar.

A situação das prostitutas e travestis, às vésperas do 1º Congresso Internacional dos Trabalhadores do Sexo, marcado para o Rio, está na página 15, na instigante entrevista de Gabriela, mulher da vida.

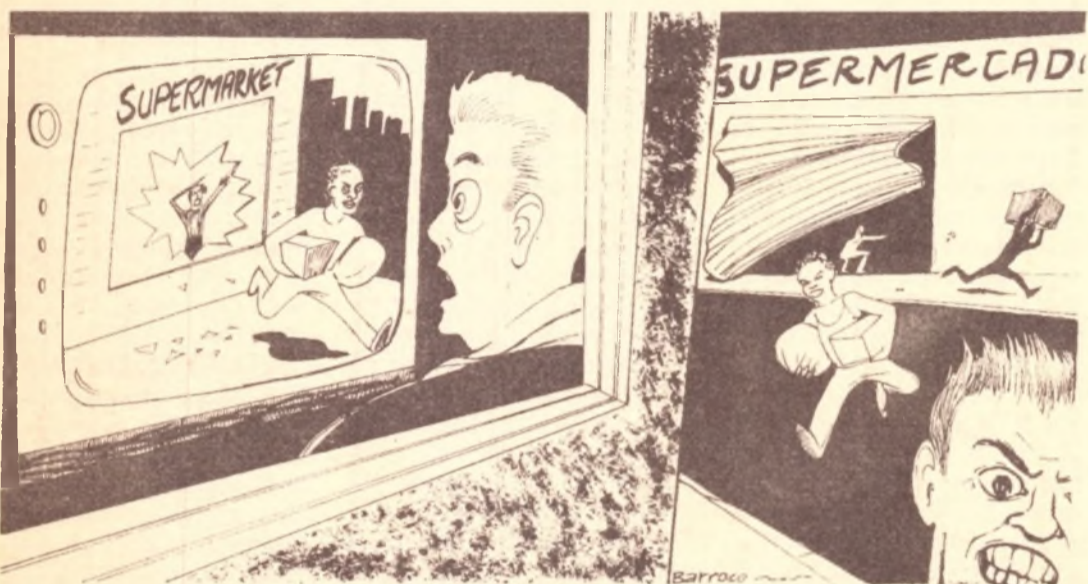
A novela do salário-mínimo é o tema de capa desta edição, na qual o economista Walter Barelli, do Governo Paralelo do PT, faz uma constatação surpreendente, mas animadora: é possível fazer o mínimo chegar a 700 dólares (1,7 milhão de cruzeiros) até o final da década (páginas 7, 8 e 9).

No país dos descamisados e desabrigados, a Rede Globo, na falta de pão, arma o palco e leva seu circo, via satélite, para todo o país. O programa “Você decide” está mais para o velho anfiteatro romano, no qual as pessoas escolham pela posição do dedão (para cima ou para baixo), do que para obra aberta, como os Marinho querem fazer crer. A Rede Globo decide o que você decide, na página 13, junto com a nova coluna “Ouvidor Geral”.

Mais espaço neste número para o cáustico Kipper, retratando o novo tipo de floresta que cresce na Amazônia (última página). Também ampliamos as colaborações internacionais: Ivana Jinkings, repórter itinerante na Europa, e Carlos Santos, fixo em Berlim. E, na próxima edição, um especial sobre a disputa eleitoral nas capitais.

O EDITOR

A FOTO DA CAPA É DE CARLOS EDUARDO AVELIM



OPINIÃO

Los Angeles, oh!

Esta exclamação, com um misto de espanto, medo, surpresa ou indignação, esteve presente nas bocas e mentes daqueles que, no Brasil e em todo o mundo, ligaram seus televisores e rádios para ver e ouvir as notícias que, na quarta-feira do dia 29 de abril, informavam o início de uma manifestação de violência e protesto, encabeçada pelos negros do bairro South Central, na cidade de Los Angeles, EUA.

Uma manifestação que rapidamente se estendeu para outras cidades e estados americanos. Teve como estopim o surpreendente veredito de um júri composto por dez brancos, um hispânico e um descendente de asiáticos, que inocentou policiais brancos que espancaram, há cerca de um ano, Rodney King, um negro de vinte e seis anos, trabalhador desempregado da construção civil.

O espancamento de Rodney King foi registrado em vídeo por um cinematografista amador, em uma gravação transmitida para o mundo inteiro.

TEMPO. A frase de um negro, que durante os saques a uma loja, segundo os jornais, se identificou pelo sobrenome, Master, tem um significado que vai além do fato que originou as manifestações. A frase foi: “Estivemos quietos por muito tempo”. O tempo dito por Master pode ser medido. Para a grande massa que saiu às ruas, em sua maioria jovens negros, ele tem início há doze anos atrás com a chegada de Ronald Reagan à Casa Branca. A desativação de programas sociais (conquistas oriundas das lutas negras na década de 60), em nome da busca do equilíbrio fiscal das contas, acompanhada de um longo período re-

cessivo da economia, empobrecido de forma violenta a população que, nas ruas, incendiou, quebrou e saqueou Los Angeles e outras cidades.

Termina - o tempo de Master - com Georg Bush, que ao eleger-se em 1988 prometia uma América mais bondosa e gentil - a *kindler and gentler America*. A deterioração da economia, a crise dos serviços de transporte, abastecimento e educação, com a crescente exclusão, desemprego e marginalização dos pobres, em particular dos negros e hispânicos, demonstrou que Bush não conseguiu cumprir as promessas que novamente repete no processo eleitoral em curso nos Estados Unidos.

BRASIL. Sem sermos alarmistas, os acontecimentos de Los Angeles exigem uma reflexão sobre a nossa realidade, a brasileira. Guardadas as devidas proporções, ela tem semelhanças com a realidade americana, que vão além do mesmo modo de vestir dos jovens que participaram das manifestações e dos que transitam pelas nossas ruas ou que frequentam os bailes negros.

A busca da “modernidade” presente no discurso e atos do Governo Collor, exigindo de nós, brasileiros, sacrifícios cuja recompensa serão a estabilidade econômica, social e política proporcionada por um “Brasil Novo”, tem a mesma matriz americana: o liberalismo e sua vertente econômico-social, a economia de mercado. Nos Estados Unidos e em países como a Venezuela e Peru, os exemplos são de que este caminho não é tão tranquilo.

Nos EUA saqueia-se por justiça (pelo menos é o que dizem as palavras de ordem de

Los Angeles); no Brasil os saques recentes têm como justificativa a fome.

Nos EUA a população negra é de 30 milhões de pessoas, cerca de 12% da população. Estes negros vivem em péssimas condições de habitação, continuam tendo dificuldades no acesso à educação, e as taxas de desemprego e de não-expectativa de vida são maiores entre os negros na relação com os brancos. No Brasil, os negros, segundo as estatísticas oficiais, são 40% da população e a situação é a mesma, no que tange às desigualdades que atingem os não-brancos. Como acréscimo temos o extermínio de crianças e adolescentes, a esterilização de mulheres, na maioria, negras e pobres.

Aos analistas sociólogos e políticos, lembramos: também era espontâneo e não-organizado (a exemplo de Los Angeles) o movimento dos desempregados que, em abril de 1983, derubou as cercas do Palácio do Governo e acampou no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Este movimento se estendeu para outras partes do país e, somado a outras mobilizações, desembocou nas “Diretas-Já”.

Na semana do 13 de Maio - **Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo** - o Movimento Negro estará nas universidades, escolas de samba, sedes de blocos afros e afoxés, nas ruas e praças, chamando a uma reflexão sobre “nossa Los Angeles” e, a exemplo do negro Master, lembrando que, no Brasil, os trabalhadores, os marginalizados, os negros e pobres **ESTAMOS QUIETOS HÁ MUITO TEMPO.**

FLÁVIO JORGE

Presidente da Soweto - Organização Negra - São Paulo

OPINIÃO

A MÍDIA E O POVO

A informação é um tema para toda a sociedade. Este é o enfoque do projeto de Lei da Informação Democrática, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Rádio e TV e do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação, que reúne 260 entidades da sociedade civil. O projeto tramita na Câmara com a assinatura de deputados do PMDB, PT, PDT, PCB, PCdoB, PSB, PSDB e PTB.

Seus pontos mais importantes são a definição de mecanismos contra a oligopolização e monopolização dos meios de comunicação; a criação do conselho editorial, não corporativo, com representantes dos profissionais e das empresas; a figura do *ombudsman*, como prestador de serviços ao leitor, espectador ou ouvinte; a pluralidade de versões, ou seja, a obrigatoriedade dos dois ou mais lados envolvidos numa matéria serem ouvidos; a ampliação do direito de resposta; a regionalização da cultura e da comunicação e o direito de antena.

MONOPÓLIOS. A globalização econômica traz, também, a globalização dos meios de comunicação, com o surgimento de veículos continentais e mundiais, todos sediados no Primeiro Mundo e defendendo editorialmente os pontos de vista dos governos e dos respectivos países e corporações industriais, que serão os grandes anunciantes.

A CNN é um exemplo de veículo mundial. A Europa prepara o lançamento de sua

primeira rede continental, a *Euronews*; o Japão prepara a primeira rede asiática; jornais como o *Herald Tribune* e *The Europam*, sediados em Londres, já se continentalizaram, enquanto o diário econômico americano, *Wall Street Journal*, já tem sua edição europeia. O Leste Europeu está diante da possibilidade de ver substituído o monopólio do Estado pelo oligopólio de alguns megaempresários, como Rupert Murdoch, australiano naturalizado inglês, e o italiano Sílvio Berlusconi.

A pressão de sociedades como a americana e a italiana, em 1987 e 1990, respectivamente, levou a importantes mudanças na legislação sobre meios de comunicação, inclusive no sentido de evitar a oligopolização do setor. Países como Inglaterra, França e Alemanha discutem a necessidade de uma legislação internacional para os meios de comunicação, a ser debatida via ONU e Unesco, incluindo mecanismos anti-oligopólio e um código de ética para os jornalistas e para os veículos, com punições objetivas.

A sociedade brasileira, que já percebe a importância de se ter uma legislação que priorize seu direito à informação ética, com máxima liberdade e máxima responsabilidade, deve se engajar profundamente na discussão da proposta da Fenaj, da Fitert e do Fórum. Porque o país só se democratiza realmente com a democratização dos meios de comunicação.

LUIZ CARLOS BERNARDES
Presidente da Fenaj



Mamata à moda Fleury

Concessões mais graves que as federais são feitas em São Paulo, sob a batuta do PMDB.

Qual o caráter da oposição do PMDB ao governo federal? O partido de Quéricia e Fleury pode ser visto como um aliado na luta contra os planos estratégicos de Collor e da grande burguesia? Na madrugada de 30 de abril, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou um projeto que, se analisado em profundidade e com isenção, poderia prestar enorme auxílio às correntes políticas - algumas no interior da própria esquerda - que ainda não se julgam suficientemente esclarecidas para responder a essas perguntas.

Trata-se da "lei das concessões", que permite ao estado transferir a grupos privados a operação de obras e serviços até hoje confiados à iniciativa estatal. É, na prática, uma modalidade inédita de privatização. Ao contrário do que ocorre no programa tocado pelo governo federal, os particulares não adquirem a propriedade de patrimônios públicos. Na maioria dos casos, porém, isso pode se transformar numa vantagem a mais para eles próprios, que se desobrigam de investimentos pesados. Além disso, a lei é tão ampla que toda a rede de serviços estatais, nas áreas de infra-estrutura ou social, pode ser transferida à iniciativa privada. Desde já, fala-se na concessão de rodovias, hidrelétricas, oleodutos, sistemas de saneamento e presídios. Está aberto o caminho, contudo, para que mais adiante o Executivo entregue aos particulares linhas de metrô ou redes de ensino, por exemplo.

Os argumentos do governo do estado em favor da lei repetem os surrados chavões da direita: "a necessidade de encontrar novas opções para o financiamento do setor público em decorrência do visível esgotamento da capacidade financeira do estado; outra não é a tendência dominante no mundo de hoje". "Com essa iniciativa", escreveu o líder do governo no Legislativo, "o estado sairá do sufoco e poderá destinar maior volume de recursos a áreas socialmente críticas, como saúde, educação e segurança".

Conversa para boi dormir. Em 10 de março, um dia depois de encaminhar o projeto de "concessões" à Assembléia, o governador Fleury avistou-se

pessoalmente com o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, para solicitar a liberação de recursos públicos capazes de assegurar a execução das obras que serão transferidas a particulares. Pelo menos 60% das verbas necessárias para a duplicação da Rodovia Castello Branco serão financiados por verbas estatais, emprestadas a juros subsidiados. O próprio secretário estadual de Planejamento, Eduardo Maia, reconheceu em entrevista à imprensa, em 29 de março, que "a participação do dinheiro privado será minoritária, neste e em outros projetos".

PARCEIROS MANJADOS. No emblemático programa peemedebista de privatizações, os grandes empresários entram com pouco dinheiro, mas com quase todo o poder. Junto com

o projeto de concessões tramitou outro, que deverá ser aprovado nos próximos dias e autoriza a participação minoritária do estado na chamada Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD. Ela equivale, reconheceram assessores do governo, "a uma espécie de BNDES estadual", ao qual caberá decidir sobre a execução da política de concessões.

Das 250 quotas de que se compõe o capital da empresa, nada menos que a metade foi oferecida a três megaempresários. Sebastião Camargo (Grupo Camargo Corrêa) controla 50, Olacyr de Moraes (Grupo Itamaraty) possui outras 50, e Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) adquiriu as restantes 25. O governo do estado detém uma única quota, e a parceria torna-se ainda mais estranha e inaceitável quando se sabe que

Sebastião Camargo, a quem a administração Fleury ofereceu a condição de acionista majoritário, é co-réu num inquérito policial que investiga corrupção e enriquecimento ilícito de funcionários que ocuparam cargos de confiança no governo anterior, de Orestes Quéricia.

Uma das conseqüências mais imediatas dessa incrível série de favorecimentos ao capital privado deverá ser um aumento substancial das tarifas públicas. Estas passarão a ser estabelecidas, na prática, pelas próprias empresas privadas, através de concorrência que definirá o possuidor da concessão. Como não é segredo que na maior parte das vezes os resultados de tais "concorrências" são previamente acertados pelas empresas participantes, fica fácil prever os reflexos da nova política na fixação de preços que em última

instância pesarão sobre os assalariados. Além disso, a lei aprovada chega a oferecer aos concessionários das obras e serviços privatizados salvaguardas e compensações, para o caso de eventuais congelamentos de preços.

VOLTA ÀS TREVAS. Não merece qualquer crédito, também, o argumento segundo o qual as "concessões" permitirão ao poder público concentrar sua atividade nos chamados "setores sociais". Quando a obtenção de lucros e o "respeito à realidade do mercado" passam a nortear explicitamente a ação do estado, o que se observa é a precisamente o contrário. Um dos setores mais visados pela "privatização peemedebista" é a construção e administração de presídios. Entre outros, interessa-se por ele o Grupo Pires, especializado em segurança privada, que já se associou com o grupo norte-americano Wackentut Corrections. Segundo reconheceu o presidente da empresa em entrevista à *Gazeta Mercantil* de 7 de janeiro, o objetivo é adotar sistema semelhante ao introduzido pelo Wackentut nos EUA, onde "obtem-se um lucro mensal de 5 dólares por presidiário".

Alarmada diante de tal perspectiva, a OAB constituiu comissão especial para analisar a privatização do sistema presidiário. Relatório aprovado pela unanimidade dos membros da comissão, e divulgado em 9 de abril, condenou com veemência a proposta, frisando que equivale a "retorno a épocas anteriores a conquistas da humanidade feitas há mais de dois séculos". Nem assim o governo Fleury retrocedeu.

A tramitação do projeto foi, aliás, um desmentido também às teses dos que afirmam que a administração peemedebista é ao menos "mais democrática e transparente" que o governo Collor. O governo serviu-se não apenas de sua folgada maioria na Assembléia como de dispositivo que obriga o Legislativo a pronunciar-se em regime de "urgência urgentíssima" - num prazo de apenas 45 dias. As reivindicações de sucessivas caravanas de sindicatos e entidades populares não foram capazes de sensibilizar o Executivo a abrir o debate, e desistir da aprovação em ritmo de rolo compressor. E em 24 de abril, quando os metroviários fizeram paralisação de 15 minutos contra a proposta do governo, choveram ameaças de demissões em represália.

Votaram com o governo Fleury, além da bancada do PMDB, as do PFL, PTB e PDS: 40 votos ao todo. A oposição somou 18 votos e foi puxada pelo PT, PCDoB e PSB. O PSDB mais uma vez subiu no muro: dois votos para cada lado.



KIPPER

RIO GRANDE DO SUL

O MELÊ DA COPESUL

Ansiosos em assegurar o controle acionário da mais lucrativa central petroquímica do Brasil, dois poderosos grupos econômicos disputaram publicamente as cotas de ações que os operários da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) podem adquirir por 30% do preço estipulado no edital de leilão da empresa. Representados por testas-de-ferro, o grupo Econômico (do Secretário de Desenvolvimento Regional do Governo Collor, Ângelo Calmon de Sá) e a Empetro (*holding* das empresas de segunda geração do Pólo - Polissul, Poliolefinas e PPH, esta última vinculada ao ministro da Indústria e Comércio Marcus Vinícius Pratini de Moraes) promoveram um verdadeiro leilão público pelos jornais antes do leilão oficial.

O interesse dos grupos econômicos era de garantir a maioria de capital votante a preços mais baixos e em uma operação mais segura, valendo-se do dispositivo da Lei 8.031, que cria o Programa Nacional de Desestatização, que permite a compra de cotas pelos operários. Entretanto, como o custo da aquisição era praticamente inacessível aos operários, começaram a surgir as propostas de financiamento da aquisição pelos grupos interessados, sob o compromisso de revenda posterior. Na verdade, os operários não gastariam um centavo sequer e ainda teriam lucros de até 50 mil dólares.

Cada operário tem direito a comprar uma cota de ações cujo valor é estimado em 21 mil dólares (beneficiado pelo desconto de 70%). Se vendidas pelos preços mínimos fixados para o leilão de privatização, o preço saltaria para 70 mil dólares, propiciando, então, o lucro de 50 mil dólares. A disputa tornou-se pública com reportagens sobre o negócio nos jornais da capital gaúcha e, daí, uma sucessão de lances de ofertas mais vantajosas. O negócio sofreu forte impacto com a decisão da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, de limitar a venda, nos primeiros 18 meses após o leilão, às bolsas de valores. O assunto chamou a atenção do procurador da República Derocy Giacomo Cirillo da Silva, que ingressou antes do leilão com ação judicial pedindo sua suspensão com base nas irregularidades do negócio. Ele contesta a venda de 10% das ações exclusivamente para empregados da Copesul por ferir o princípio da isonomia, pelo uso de "moedas podres". Ele também não aceita o critério de avaliação do valor da empresa, baseada no patrimônio líquido. A Copesul foi avaliada em US\$ 784 milhões, quando vale no mínimo US\$ 2 bilhões.

JOSÉ LUIS LIMA
de Porto Alegre



Violência de resultados



Há menos conflitos e mata-se menos nas lutas por terra. É que centenas já morreram.

Diminuiu a violência no campo nos dois primeiros anos do governo Collor. Pelo menos essa é a conclusão a que se chega, quando comparados os números levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em todo o país, no período de 1985-91, e divulgados através da publicação *Terra, Água e Paz - Viver é um Direito*, lançada no início de maio.

O relatório da CPT, publicado anualmente desde 1986, apresenta quadros comparativos de conflitos, trabalhistas e por terra; trabalho escravo; ocupações de terra; e assassinatos, a partir de 1985, quando se iniciou o acompanhamento da violência no campo.

Os números, entretanto, mais escondem do que evidenciam a gravidade da violência sobre os trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, assessores e índios. Falar em 100 ou 200 mortes no campo, quando são assassinados mais de 500 menores nas capitais, e em uma conjuntura onde a recessão, o desemprego, a violência nas grandes cidades e a RIO-92 ocupam os noticiários ea preocupação de todos, já não sensibiliza mais para o drama vivido por quem luta contra o latifúndio.

Os números da CPT, por exemplo, passam a imagem de que as coisas melhoraram no campo, no tocante à violência, durante o governo Collor, se comparados aos dois primeiros anos de Sarney: diminuíram os assassinatos em conflitos de terras, de 125 e 105 em 1985-86, para 75 e 49 em 1990-91, assim como os conflitos por terra, de 636 e 634, para 401 e 383, e trabalhistas, de 76 e 95, para 47 e 43. Diminuíram ainda as mortes nos conflitos trabalhistas, de 14 e 17, para 4 e 5; e o número de pessoas envolvidas nos conflitos de terras, de 405 mil e 594 mil, para 192 mil e 242 mil.

"LIMPEZA". O que significa essa "alteração para melhor"? Significa, em primeiro lugar, que a "limpeza" promovida pelo latifúndio, desde o início do governo Sarney e a ascensão da luta por Reforma Agrária, surtiu efeito: já não existem mais tantos dirigentes sindicais, religiosos e lideranças diversas a serem assassinados. Apenas no governo Sarney, foram assassinadas 561 pessoas, das quais 485 ligadas à disputa por terras. Desse total, cerca de 60 lideranças - muitas delas integrantes da lista de morte do latifúndio organizado.

A questão da organização para matar, unindo latifundiários "atrasados" e "modernos", policiais, pistoleiros e políticos, é comprovada de vez com a comparação do ano de 1989, de eleições presidenciais, com os outros seis anos: ocorreram muito menos assassinatos e conflitos, e certamente não foi

CONFLITOS NO CAMPO (1985/91)							
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
CONFLITOS DE TERRA							
NÚMERO DE CONFLITOS	636	643	582	621	500	401	383
ASSASSINATOS	125	105	109	93	56	75	49
PESSOAS ENVOLVIDAS	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	242.196
HECTARES CONFL.	9.577.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*
CONFLITOS TRABALHISTAS							
NÚMERO DE CONFLITOS	76	95	109	59	66	47	43
ASSASSINATOS	14	17	24	9	9	4	5
PESSOAS ENVOLVIDAS	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	307.123
TOTAL DE CONFLITOS							
NÚMERO DE CONFLITOS	712	729	691	680	566	448	426
ASSASSINATOS	139	122	133	102	65	79	54
PESSOAS ENVOLVIDAS	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	549.319
HECTARES CONFL.	9.577.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*

* EM 1991 não consideramos os 6.000.000 de hectares referentes à área indígena Yanomami em Roraima.

Fonte: CPT Nacional



por uma decisão individual de cada um desses mandantes espalhados pelo país. Coincidentemente, o presidente da UDR à época, em seu cavalo branco, era candidato também, e denúncias desagradáveis maculariam o brilho do seu desempenho nas urnas.

Desde o início da "Nova República" já se alertava para a mudança qualitativa da violência no campo, com a seletividade das mortes, visando - e conseguindo - à eliminação de lideranças, principalmente nos estados mais distantes. Essa alteração qualitativa coincidiu com o "susto" tomado pelos latifundiários com a criação do Ministério da Reforma Agrária (Mirad) e a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, em um contexto em que se viram órfãos dos militares e seus órgãos de repressão, tendo que enfrentar sozinhos PT, CUT, PCs, CPT...

UDR EM AÇÃO. Os novos tempos e a postura do governo, principalmente, não entravam

SOLIDARIEDADE. Seis mil pessoas lotaram o recinto do Circo Voador, espaço cultural do Rio de Janeiro, para assistir a uma manifestação política de protesto contra os assassinatos e as ameaças de morte de trabalhadores rurais do sul do Pará e a favor da Reforma Agrária, com a apresentação de músicas por Caetano Veloso, Djavan, Wagner Tiso, Lobão e Chico Buarque. É o maior público da história do Circo Voador, o que pode ser explicado pelo brilho do espetáculo e o seu preço acessível (Cr\$ 10 mil), mas também indicar, quem sabe, que a violência no campo e a luta pela terra ainda mobilizam o povo e artistas populares.

na goela dos latifundiários, que o consideravam *soft* demais. Partiram então para a criação de uma organização própria, com objetivos muito próprios: a UDR. Denúncias de seis anos atrás já davam conta do envolvimento dessa organização com esquemas de "segurança", militares da reserva, esquemas paramilitares etc.

A diminuição dos assassinatos nos dois últimos anos pode ser uma demonstração de que não se levou suficientemente a sério essas denúncias, e o fato de que existem sobreviventes das listas da morte pode significar apenas que ainda não foram pegos. É só uma questão de tempo e oportunidade. Até porque, pelas notícias recentes, a UDR está se reestruturando, com o paulista Roosevelt Roque assumindo a sua presidência nacional.

Há a destacar, nesse período, a atuação e o aumento da quantidade de parlamentares de esquerda, nos estados e em nível federal, e das diversas entidades (Setor de Combate à Violência no Campo, da CUT; Fórum Nacional contra a Violência, integrado por diversas organizações; Ministério Público e muitas outras), denunciando, pressionando, criando CPIs, levando adiante processos judiciais e obtendo condenações (a CPT destaca, em 1991, o número de 7 julgamentos e 5 condenações de assassinos).

MANDANTES IMPUNES. Esse esforço todo também contribuiu para a diminuição da violência, evidentemente, apesar de não se ter ainda mandantes (e são muitos...) na cadeia. A Polícia Federal já poderia ter assumido a investigação desses crimes, dada a comprovada relação dos integrantes do Judiciário, as polícias estaduais, do Legislativo e prefeitos com os crimes. O Pará, por exemplo, campeão em conflitos, mortes e trabalho escravo, já passou da

época de uma devassa nesse sentido. Outra questão que fica evidente na análise dos números é o esvaziamento da luta por Reforma Agrária: as ocupações de terras mantêm-se na faixa de 12 mil famílias/ano, passando a 13,8 mil em 1991. E os conflitos, que já envolveram 667 mil famílias em 1987, há três anos mantêm-se em 200 mil famílias. Ao mesmo tempo, cresce o número de envolvidos em disputas trabalhistas: de 159 mil e 203 mil em 1985-86, para 366 mil e 307 mil em 1990-91. Por último, mas não menos importante: descobre-se cada vez mais situações de trabalho escravo na área rural: em 1991 foram identificadas 27 fazendas, com 4.883 trabalhadores em regime de escravidão. São casos comprovados, com inquéritos sendo abertos etc. O sociólogo José de Souza Martins, da USP, estudioso do assunto, estima que o total chegue a 40 mil, em todo o país, nas épocas de maior demanda de mão-de-obra (colheita, abertura de pastos).

MANOEL ALVAREZ

VAVÁ SEM IMUNIDADE

O deputado Osvaldo (Vavá) Mutran (PDS), um dos homens fortes do governador Jader Barbalho, foi indiciado em inquérito policial como mandante e co-autor do assassinato do fiscal de tributos da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, Daniel Lira Mourão, ocorrido no último dia 2 de abril. A Assembléia Legislativa autorizou que o deputado seja julgado pela justiça sem as imunidades parlamentares, e instalou uma comissão processante que vai analisar o pedido de cassação de mandato, feito pelo PT.

A família Mutran é uma oligarquia conhecida na região do Araguaia-Tocantins. Seu enriquecimento vem do esbulho das terras dos índios gavião e da grilagem dos castanheais de serventia pública. Acostumado a bater em posseiros e coletadores de castanha, Vavá Mutran foi um dos mandantes da chacina de Ubá, em 1987, quando nove pessoas foram assassinadas e seus corpos atirados no rio Ubá. O pistoleiro que comandou o massacre, o Sebastião da Teresona, apontou Vavá como um dos mandantes.

Ele já ameaçou de morte os deputados Zé Carlos e Edmilson Rodrigues, ambos do PT, no plenário da Assembléia Legislativa. Mutran virou manchete dos jornais quando foi denunciado por vários menores de Marabá, sequestrados e forçados a trabalhos pesados na prefeitura, comandada por seu filho Nagib Mutran Neto. A juíza Ezilda Pastana, noiva de Vavá, sempre foi conivente com as violências praticadas pelo deputado-jagunço.

O assassinato do fiscal Daniel Mourão abalou a cidade de Marabá e teve grande repercussão em Belém. Vavá Mutran invadiu a casa do fiscal, acompanhado de vários pistoleiros, e exigiu que ele liberasse uma carreta com 20 cabeças de gado, apreendidas por causa das notas fiscais frias que acompanhavam a mercadoria. Por ter reagido à coação, o fiscal foi morto.

A população de Marabá está exigindo o afastamento da juíza Ezilda Pastana e o aceleração no processo de julgamento de Vavá Mutran.

PAULO ROBERTO FERREIRA, de Belém



ÍNDIOS

UM CONSELHO NACIONAL

Culminando um processo iniciado no começo do ano passado, 350 lideranças, representando 101 povos e 55 organizações indígenas, acabam de criar o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Essas lideranças estiveram reunidas nas proximidades de Brasília entre os dias 25 e 30 de abril. Além de formalizarem o Conselho, que vai representar a maioria dos povos indígenas existentes no Brasil, discutiram a RIO-92 e as três propostas do novo Estatuto do Índio que tramitam na Câmara dos Deputados.



As propostas para a nova legislação indigenista foram entregues ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, ao presidente da Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara, deputado Tuga Angerani (PSDB-SP) e ao presidente da Comissão Especial que analisa o Estatuto do Índio, Domingos Juvenil, durante sessão conjunta dessas duas comissões, realizada no último dia 30.

Conforme explicou o coordenador do Conselho de Articulação, Orlando Baré, o movimento indígena exige a demarcação de todas as terras indígenas até o prazo previsto pela Constituição Federal (outubro de 1993), considera que os povos indígenas são plenamente capazes do ponto de vista jurídico, o que significa que não mais reconhecem a tutela oficial prevista na antiga legislação indigenista; e não abre mão da proteção especial devida pelo Estado aos povos indígenas, no sentido de resguardar os seus bens, incluindo os valores culturais, costumes e tradições.

Durante o Encontro, houve críticas contra pessoas acusadas de usarem o nome dos povos indígenas, sem delegação para isso, para angariar recursos que nunca chegam às aldeias. Com a formalização do Conselho de Articulação, os 25 membros eleitos para compô-lo esperam resolver uma antiga disputa referente à definição dos legítimos representantes dos povos indígenas junto à sociedade envolvente.

A.C.Q.



MILITARES

Sem soldo e sem causa

Por trás da questão salarial, uma questão existencial: qual é o papel das Forças Armadas?

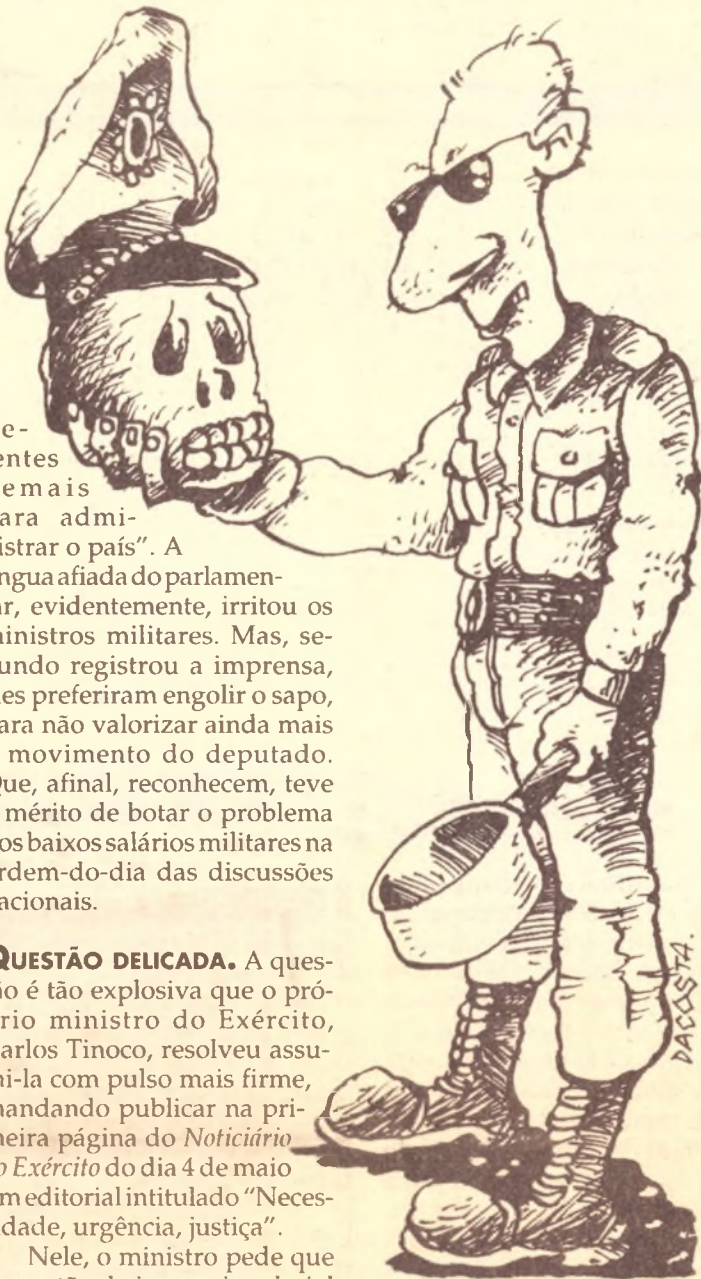
O deputado-capitão Jair Bolsonaro (PDC-RJ) conseguiu realizar a chamada "Marcha pela Dignidade da Família Militar", em Brasília. No dia 27 de abril, cerca de 700 mulheres, muitas acompanhadas dos filhos, percorreram a Esplanada dos Ministérios portando faixas, cartazes e gritando palavras de ordem por salários mais justos para seus maridos. Igual número de policiais militares do Distrito Federal e de soldados da Marinha e do Exército acompanharam o movimento de perto, armados de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e cães amestrados. Alguns arapongas dos serviços de informações das Forças Armadas fotografaram e filmaram a mobilização ostensivamente. Além de Bolsonaro, compareceram outros três deputados federais: Augusto Carvalho (PPS-DF), Ernesto Graddella (PT-SP) e Maria Laura (PT-DF). Mobilização semelhante aconteceu também em Fortaleza, no Ceará. Em São Paulo, no entanto, a luta por melhores soldos restringiu-se ao coro de 30 mulheres em praça pública, devido às ameaças de repressão.

Jair Bolsonaro, chamado pelos companheiros de "Bolsonosso", voltou a xingar os ministros militares de "bananas", acusando-os de não brigarem com firmeza pelos direitos da tropa. E, respondendo aos que temem a possibilidade de um golpe militar no Brasil, o deputado-capitão afirmou: "Os brasileiros podem ficar tranquilos. Não existe nenhum risco de golpe militar porque esses caras não têm nenhum comando sobre a tropa. E seriam incom-

petentes demais para administrar o país". A língua afiada do parlamentar, evidentemente, irritou os ministros militares. Mas, segundo registrou a imprensa, eles preferiram engolir o sapo, para não valorizar ainda mais o movimento do deputado. Que, afinal, reconhecem, teve o mérito de botar o problema dos baixos salários militares na ordem-do-dia das discussões nacionais.

QUESTÃO DELICADA. A questão é tão explosiva que o próprio ministro do Exército, Carlos Tinoco, resolveu assumi-la com pulso mais firme, mandando publicar na primeira página do *Noticiário do Exército* do dia 4 de maio um editorial intitulado "Necessidade, urgência, justiça".

Nele, o ministro pede que a questão da isonomia salarial entre os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário seja resolvida com urgência. A iniciativa agradou até mesmo o deputado Bolsonaro. "Só posso bater palmas para ele", afirmou, conciliador. De acordo com o secretário de Administração Federal, Carlos Garcia, a divulgação do editorial ser-



viu para apressar os estudos sobre a isonomia. Até o próximo dia 8 uma proposta deverá ser definida por uma comissão formada por representantes do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e das Forças Armadas.

Decorrente de uma imposição constitucional, a solução para o problema da isonomia

esbarra em questões delicadas. O Judiciário e o Legislativo alegam, por exemplo, que o Executivo está pretendendo congelar os seus salários até que os soldos militares fiquem equiparados com os deles. É, de fato, o que defende o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que acaba de comprar uma briga com o Congresso Nacional, criticando os que "dão a si mesmos salários maiores que as possibilidades da economia brasileira". Há, por outro lado, propostas que prevêem a concessão de novas gratificações aos militares. Garcia as descarta dizendo que "é justamente o excesso de gratificações que está causando essa babel salarial".

Mais relevante que a questão dos soldos militares é a questão do papel das Forças Armadas. Em meio às dificuldades de prover até mesmo a alimentação dos recrutas, elas debatem hoje questões como estas: quem são os inimigos a combater? São meninos de rua, como já defendeu a Escola Superior de Guerra? As Organizações Não Governamentais ecológicas, como já propôs o general Taumaturgo, do Comando Militar da Amazônia? Ou os narcotraficantes, como propõe o ex-presidente do Banco Mundial, Robert McNamara? Sem respostas para essas perguntas, o ex-comandante do II Exército no governo Geisel, general Dilermando Monteiro, afirmou à revista *Isto é* desta semana que as Forças Armadas deveriam ser mais reduzidas, mais profissionais, mais bem formadas e melhor treinadas.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ, de Brasília

ELEIÇÕES 92

Ligações muito perigosas

PT e PMDB podem terminar "entre tapas e beijos"

Em Santa Catarina, assustada com a informação de que o PT discute alianças com o PMDB em um terço dos municípios de Santa Catarina, para as eleições deste ano, a Direção Nacional petista enviou o coordenador nacional da campanha, Jorge Bittar, para uma reunião no dia 23 de abril em Chapecó, justamente onde o processo de negociações está mais adiantado. Tão adiantado que o presidente do PT no município, Ari Killian, admite que o partido está mesmo "amarrado à coligação". Segundo Killian, a possibilidade de entendimento com o PMDB foi aberta pela direção estadual do PT: "Quando a gente viu, a aliança já estava mais ou menos acertada, com o PT como vice do PMDB".

Ele não acredita que o PT caiu no eleitoralismo ou numa

armadilha quercista para 1994: "Nosso principal adversário é o Brizola. Em 1994 será mais fácil ganhar do Quercia que do Brizola", prevê. Já o presidente e o secretário-geral do PT no estado, José Fritsch e Romeu Daros, acreditam que o Encontro Estadual marcado para o final de maio poderá reverter essa situação. Para eles, essas alianças devem-se em parte às origens muito conservadoras do PSDB e PDT no estado, levando o PT a procurar o PMDB, "menos ruim". Jorge Bittar aposta que a Direção Nacional não irá intervir nessa situação. Com a palavra, o Encontro Estadual. (CLÁUDIO SCHUSTER)

BELÉM. O PT vai disputar a prefeitura com o deputado estadual Zé Carlos Lima, que derrotou o seu colega de bancada João Batista (Babá) Araújo, nas

prévias eleitorais e no encontro municipal realizado nos últimos dias 24, 25 e 26 de abril. O encontro petista decidiu não fazer coligações. As outras candidaturas já estão praticamente definidas: o ex-governador Hélio Gueiros vai disputar pelo PFL e possivelmente terá na vice um empresário de comunicações filiado ao PDT. O deputado Ronaldo Passarinho, sobrinho do ex-ministro da Justiça, é o candidato do PDS, contando com o apoio do prefeito de Belém e de seu partido, o PTB, e possivelmente com o apoio também do governador Jader Barbalho, do PMDB. O ex-deputado Ademir Andrade encabeça a chapa do PSB. Até o fechamento desta edição ainda era indefinido o nome do PSDB, que oscilava entre o senador Almir Gabriel e o deputado Nelson Chaves. (PAULO R. FERREIRA)

RIO DE JANEIRO. Confirmando o resultado das prévias (onde não houve quórum), a deputada federal Benedita da Silva - a Benê -, foi indicada candidata do PT à prefeitura do Rio. O encontro municipal, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nos dias 24, 25 e 26 de abril, contou com a presença de 160 delegados, dos quais 108 votaram a favor de Benê (nesse momento havia 134 delegados no plenário) e 26 a favor do vereador Guilherme Haeser. A vaga de vice ficou aberta para posterior negociação com o PSB, PV, PC, PPS e PCdoB, com os quais o encontro municipal aprovou coligação. (FLÁVIO LOUREIRO)

SÃO PAULO. Eduardo Suplicy é o candidato a prefeito do PT. O vice ainda não está definido.

SUBVIVENTES DO MÍNIMO

Com uma diferença de 32 votos a seu favor, o governo derrubou na Câmara dos Deputados, na noite de 6 de maio, a emenda aprovada pelo Senado que pretendia garantir o reajuste bimestral do salário mínimo. 230 mil e reajustes quadrimestrais: o mínimo está inteiramente dentro da ordem de ferro da política neo-liberal. BRASIL AGORA desvenda o inferno astral de quem subvive do salário mínimo, mostrando que outra ordem é necessária.

Não é verdade que são poucos os trabalhadores que recebem o salário-mínimo. O IBGE flagrou, no ano de 1989, 25% dos que trabalham recebendo até um salário mínimo, isto é, quinze milhões e meio de brasileiros. Um pouco mais de nove milhões de beneficiários da Previdência recebem o salário mínimo.

Quem são esses brasileiros graduados na arte de sobreviver? Um estudo do Dieese recém-divulgado mostra que 52% deles são chefes de família.

Brasil Agora fez o perfil da vida de um trabalhador do salário-mínimo, entrevistado com sua família em um bairro da periferia de Contagem, Minas Gerais.

O pintor industrial Juraci Pereira da Silva, 31 anos, vive no limite entre o desemprego e o trabalho assalariado. Nunca ficou mais de três anos numa empresa e, embora não seja mão-de-obra especializada, se considera um bom profissional. Agora, depois de dois anos vendendo doces, óculos e outras miudezas para sustentar a família, foi contratado por uma micro empresa, mas no feriado do 1º de maio ainda não havia recebido seus Cr\$ 96 mil.

Ele mora com a mulher e os três filhos num barracão do bairro São Luiz, na periferia de Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Seu salário não é a única fonte de renda da família. A mulher, Tânia, 30 anos, mesmo sem emprego fixo, faz faxina, lava, passa e às vezes ganha cem mil cruzeiros mensais. As crianças ajudam como podem: Betânia, 13 anos, cozinha, e Júnior, 11, cuida da irmã mais nova, Helena, de sete anos.

MEXIDO E TV. Juraci acorda às cinco e meia e leva na marmita, invariavelmente, arroz, feijão, ovo e verdura. "Carne é coisa rara. Às vezes, em algum fim de semana..." Em casa as crianças tomam café com pão antes de saírem para a escola

estadual. Já houve um tempo em que comiam queijo, leite, frutas - quando Juraci chegou a ganhar quase três salários-mínimos.

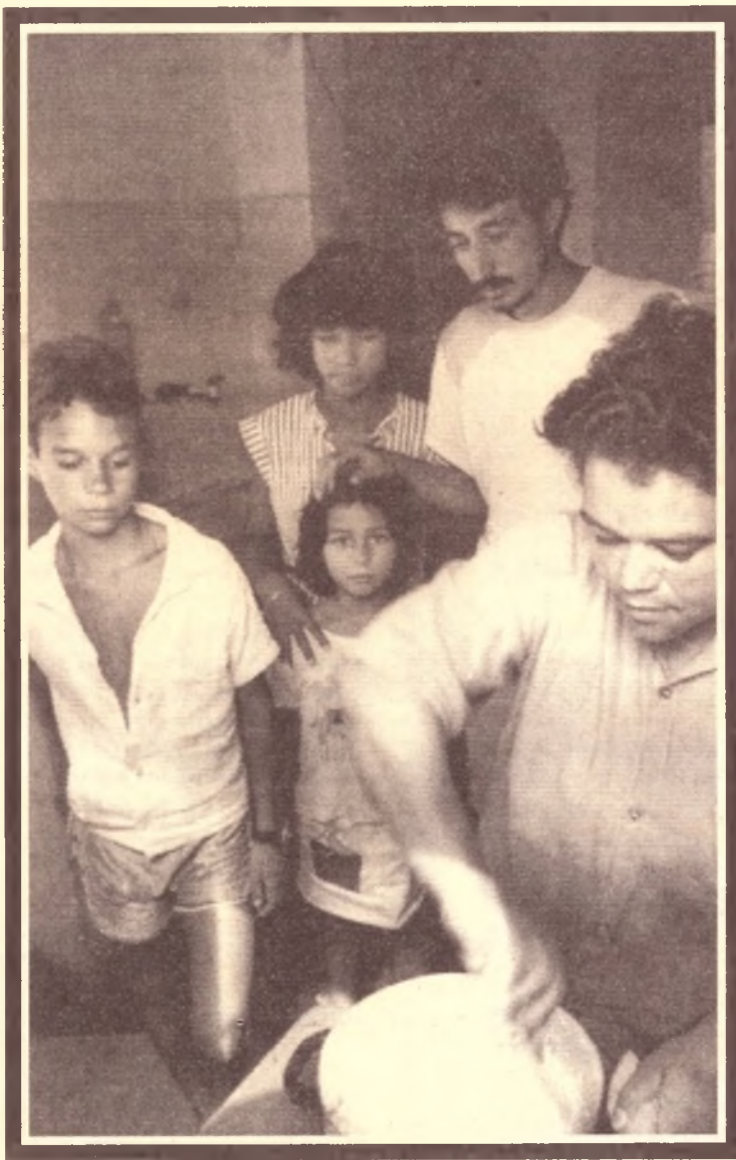
Pelos cálculos de Tânia, a família consome por semana cinco quilos de arroz, três de açúcar, um e meio de feijão e uma dúzia de ovos. "Nos preocupamos muito com legumes, mas nunca são de primeira" - conta ela. A terceira refeição do dia é um "mexido", com o que sobra da preparação da marmita de Juraci.

O ônibus que o leva ao serviço em 15 minutos custa Cr\$ 950,00. Não é sempre que Juraci está disposto a pedalar 45 minutos sua velha bicicleta até a firma. Bate o ponto às sete horas, pára das 11 às 12 para o almoço, e só volta a parar às 17 horas. "Não temos intervalo nenhum."

O único lazer da família é a TV, à noite e finais de semana. "Antes fazíamos uns passeios, hoje nem isso. E há uns dez anos que não vamos a um cinema" - diz Juraci. Eles nem costumam sair do bairro, já que até a igreja católica que freqüentam fica nas proximidades. "O que a gente ia fazer no centro da cidade? Só gastar dinheiro com condução" - avalia Tânia.

REVEZAMENTO. Mais pontuais do que o salário de Juraci são, certamente, as contas das despesas básicas da família. Só de água e luz eles pagaram, em abril, 25 mil cruzeiros. "Ainda bem que não temos aluguel" - comenta Juraci, mostrando o barracão de sete pequenos cômodos que ele construiu há oito anos, ao ficar desempregado. Na época o lote custou 25% do preço de mercado, por ser uma área invadida. "Eu sabia que não era do moço que me vendeu e ainda hoje não tenho escritura. Mas se não fosse assim, onde é que a gente ia morar?"

Assim como a casa, também os poucos móveis foram comprados com as indenizações que Juraci recebia ao ser demitido ao longo dos anos. "Só a TV é que comprei a pres-



CARLOS EDUARDO ABEIM

JURACI:

“Meu único medo é ficar inválido, numa cadeira de rodas, porque em desemprego a gente já é treinado”

tação. Antes o salário dava para isso." A família só compra roupas a cada dois anos e, mesmo assim, fazendo revezamento, como explica Tânia: "Uma vez é pros meninos e a outra para nós dois".

Nas férias das crianças Tânia costuma passar noites nas filas do INPS para marcar tratamento dentário. E quando algum deles adoce, recorre ao posto de saúde de Petrolândia (Contagem), mas os remédios são apenas os chás caseiros porque "os da farmácia estão caros demais".

DISCRIMINAÇÃO. Casada desde os 16 anos e sempre em busca de trabalho, Tânia conhece, talvez mais do que Juraci, a rotatividade no emprego. Com uma diferença: durante todos esses anos ela só teve carteira assinada por oito meses. Mesmo assim, as condições de trabalho eram tão ruins que ela pediu demissão. "Eu precisava pegar o ônibus dez pras quatro da manhã e pegava no serviço às cinco e meia, numa padaria do centro de BH" - conta. "Era muito perigoso, não valia a pena."

Depois disso, entre uma faxina e outra em residências, Tânia tem percorrido inúmeras empresas. Em todas a exigência é a mesma: um documento que comprove laqueadura de trompas. "Em duas empresas de ônibus, a Itapemirim e a São Gonçalo, já estava tudo acertado, mas quando iam me fichar (assinar a carteira), viram que eu não era ligada, e não me quiseram mais" - denuncia.

Tânia e Juraci acreditam que tanta dificuldade de conseguir ou de permanecer por muito tempo num emprego se deve, em parte, à sua "falta de estudos". Nenhum dos dois conseguiu terminar o primeiro grau. Por isso, um de seus sonhos é ver os filhos formados, "para se defenderem melhor na vida".

ANA RITA ARAÚJO

A DANÇA DO FISIOLÓGISMO

A votação do mínimo no Congresso foi marcada pela base parlamentar instável e precária de Collor.

A votação da nova lei salarial de Collor no Congresso Nacional mostrou como são frágeis e instáveis as margens da maioria do governo, mesmo após toda a jornada de negociações de cargos que se seguiram à reforma ministerial. Na madrugada do dia 30 de abril, o placar da Câmara dos Deputados registrou 233 votos favoráveis ao projeto governista contra 215 dos oposicionistas e 5 abstenções. Já com o plenário mais esvaziado, a emenda proposta pelo petista Paulo Paim, garantindo os 280 mil cruzeiros para o mínimo, foi derrotada por uma margem de 29 votos. Menos de 24 horas depois, o Senado aprovou por 27 a 22 votos uma emenda que concede reajustes bimestrais ao mínimo a partir de julho, derrubando a quadrimestralidade em que se apoiava o projeto de Collor.

A vitória do governo na Câmara de Deputados foi conseguida às custas de 24 votos obtidos no PMDB, 13 votos do PSDB e 6 votos do PDT. Contra a emenda apresentada por Paim votaram 9 deputados do PMDB, 7 do PSDB e 2 do PDT. Foi o que garantiu novamente a maioria para Collor.

A construção de uma maioria parlamentar fisiológica tornou-se bem mais árdua do que nos períodos da Arena ou do PDS. O período de "vacas magras" e, principalmente, a multiplicação das siglas tornam a construção de uma maioria estável uma obra de engenharia política intrincada. Além do bloco PFL-PRN, Collor tem que satisfazer os apetites vorazes do PDS (que quer abocanhar a Petrobrás), do PDC (que quer diretorias do Inca e cargos na Companhia Nacional de Alimentos), do PTB (que se viu deslocado da Secretaria Nacional de Habitação e brada por compensações), além do PTR, do PRS e do PL do "ministro laranja" João Mellão (aquele ministro do Trabalho que afirmou que o salário-mínimo não diz respeito à sua pasta).

É interessante também comprovar como a maioria governista apóia-se na representação deformada da Câmara. Roraima (7 a 1 para o governo), Rondônia (8 a 0), Amapá (5 a 3), Piauí (7 a 2), Sergipe (8 a 0) são exemplos neste sentido.

O MÍNIMO NAS RUAS. Ficou evidente também que a proposta defendida pelas centrais sindicais, formulada com a assessoria do Dieese, esteve muito longe de polarizar a cena política nacional. A campanha pela coleta de um milhão de assinaturas para garantir a tramitação de um projeto de iniciativa popular não obteve, principalmente por parte da CUT, o impulso e a coordenação necessária.

As próprias manifestações do 1º de maio em geral não confirmaram as expectativas mais otimistas, que seriam previsíveis a partir do nível de mobilização conseguido nas manifestações unitárias do dia 13 de março. As tensões internas à CUT fizeram com que não se somassem os esforços na capital paulista e no ABC. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, as comemorações do 1º de maio acabaram sendo polarizadas por um show promovido pelo governo Brizola e por show-sorteio organizado pela Fiat.

Pesaram também as dificuldades reiteradas de casamento entre a luta nas ruas e fábricas e a luta parlamentar. No vazio aberto, acabou sendo a proposta de uma elevação do mínimo para 242 mil cruzeiros, capitaneada pelo PMDB, que polarizou a disputa como substitutivo ao projeto do governo.



PAIM: emenda pelo mínimo de 280 mil

UM MÍNIMO DE FUTURO

Walter Barelli, coordenador da área de economia do Governo Paralelo, traça as linhas de uma política econômica alternativa.

O governo diz que é insensato pretender uma grande elevação do salário-mínimo com a economia brasileira imersa há tantos anos na recessão?

De fato, você tem de pensar numa política salarial dentro de uma política econômica voltada para o crescimento e a distribuição de renda. Já o programa de governo do Lula falava que o salário-mínimo em cinco anos deveria chegar a ser cinco vezes o valor da época, que era muito maior inclusive do que o salário-mínimo do governo Collor. A nossa grande preocupação é: qual a renda que você pode distribuir que não seja inflacionária? O projeto que as centrais sindicais e o Dieese apresentaram está baseado numa idéia do Governo Paralelo, que é a de criar uma espécie de cesta básica - a exemplo do *pammieri* que os italianos fizeram depois da Segunda Guerra Mundial - que seria aquilo que a Constituição estabelece como o mínimo. Isto é, o necessário para o trabalhador e a sua família viverem cumprindo os requisitos de alimentação, habitação, vestuário até chegar à Previdência. Em algumas estimativas que eu fiz, esta quantia daria por volta de 700 dólares (Cr\$ 1.700.000,00 no dia 6 de maio). O PIB brasileiro não comporta isto hoje. Primeiro você tem de ter um mecanismo que faça crescer o salário-mínimo, porque este é um direito fundamental dos trabalhadores brasileiros. Agora, tem que se viabilizar uma situação em que a economia não retire os ganhos que o trabalhador vai ter com o salário, através da inflação. Na última semana da campanha do Lula, ele já dizia: vencendo as eleições, começaríamos o governo fazendo uma grande campanha para que se plantasse. Certamente, isto envolveria uma reforma agrária, o que também está no programa. Mas também uma política de incentivos à produção de alimentos. Isto inclusive está no documento do Governo Paralelo chamado "Uma proposta de Seguridade Alimentar".

Haveria, então, uma avaliação de que a agricultura brasileira tem um potencial de expansão da produção de alimentos que viabilizaria uma tal elevação da demanda?

A agricultura brasileira pode dar respostas no período de cada cultura. Para que haja bife na mesa do trabalhador, a taxa de desfrute do rebanho brasileiro (carne bovina) é pensada em quatro anos. Isto é, num governo Lula demoraria

quatro anos para se aumentar qualitativamente o rebanho bovino. Agora, o ciclo do frango e da galinha é muito mais rápido. Em determinadas regiões, você pode ter acesso a esta proteína animal com o peixe. Em resumo, haveria toda uma prioridade e uma atenção para a produção de alimentos desta cesta básica. São produtos cuja tecnologia é conhecida, cuja possibilidade de multiplicar o cultivo é razoável. Em algumas situações, a alteração da alocação de algumas culturas pode levar a um aumento de

produtividade muito grande. Basta pensar que as terras férteis do estado de São Paulo estão comprometidas em grande parte com a cana-de-açúcar: se uma parte destas terras fosse destinada à plantação de alimentos, com a tecnologia e a produtividade disponíveis num estado como São Paulo, isto possibilitaria grandes safras de alimentos.

Mas uma elevação do salário-mínimo significa também tornar disponíveis vestuário, habitação e outros produtos básicos. No campo da habitação você terá a partir daí, da indústria da construção, um aumento considerável de empregos na faixa do mínimo...

Durante o período do milagre econômico na década de setenta e, depois, na década de oitenta com o ciclo recessivo, os setores industriais voltados para a produção de bens de consumo populares ficaram muito deprimidos. Chegamos, então, à década de noventa com um baixo potencial de expansão da produção destes ramos. Que tipo de medidas teriam, então, que ser tomadas?

No estado de São Paulo, o índice de utilização da capacidade industrial instalada está em 70%, tomando como base o ano de 1978. Isto é, no início não haveria necessidade de novos investimentos para se aumentar a produção desta indústria.

Mas o grande problema é outro. Com esta grande destruição de capital no governo Collor, uma parte desta capacidade industrial pode ser

ainda mais sucateada. E a indústria de bens de consumo só raramente é impulsionadora do desenvolvimento. O investimento capitalista ocorre principalmente no Departamento I, ou seja, na indústria de bens de capital. As pressões de consumo dos despossuídos são muito grandes. Se você não tiver um parque industrial que não tenha o setor de bens de capital desenvolvi-

"Toda a nossa prioridade seria voltada para a expansão da produção de alimentos, cuja tecnologia é conhecida."

do, e sempre as encomendas de bens de capital têm um ciclo mais longo, qualquer governo que venha depois dos militares, do Sarney e Collor vai ter que ter paciência e muita criatividade para resolver os problemas estruturais na economia.

Como criar um tal dinamismo na economia em uma situação em que a capacidade de investimento do Estado está estruturalmente comprometida?

Existe hoje uma unanimidade sobre a necessidade de uma reforma fiscal. Ela resolveria tanto as necessidades financeiras do Estado através de novas fontes de receita - fazendo com que os impostos sejam realmente progressivos, incidam mais sobre quem pode pagar -, como equacionaria as despesas do Estado. O governo

"Uma forma de obter financiamento é o Imposto de Solidariedade: taxar uma única vez os 1% da população de altas rendas."

Collor faz isso atabalhoadamente: fecha empresas, despede funcionários públicos e tudo o que nos seus padrões poderia ter economizado gasta na corrupção. A proposta é tanto de uma eficiência maior do serviço público como uma capacidade contributiva maior dos diversos setores.

Uma das propostas mais estudadas no interior do Governo Paralelo - os compa-

nheiros do Rio de Janeiro inclusive formularam esta contribuição - é o chamado Imposto de Solidariedade. É um imposto que é cobrado uma única vez sobre aqueles que mais ganharam no período da grande especulação. É uma forma de se financiar taxando 1% da população de altíssimas rendas. O termo Imposto de Solidariedade foi usado na Europa depois da Segunda Guerra. O lucro e a acumulação realizado durante o período da grande espoliação do povo brasileiro precisa ser revertido para sanear o Estado brasileiro e começar a pagar as nossas dívidas sociais.

Um outro tipo de obstáculo para uma política de elevação do salário-mínimo são os acordos com o FMI. Como enfrentá-los?

Este governo disse que não faria nenhum acordo que fosse lesivo ao povo brasileiro. E fez um acordo com o FMI que está impondo esta política de arrocho e de desemprego. Certamente, vamos ter alguma dificuldade - e isto é um eufemismo - nas nossas relações com os organismos financeiros internacionais. Temos que dizer tranquilamente que o nosso governo será da Nação brasileira, que vai tratar dos interesses do povo brasileiro. Que vai ter seus compromissos, pertencer às Nações Unidas, mas vai usar estes fóruns internacionais para mostrar como os países chamados subdesenvolvidos têm sido espoliados secularmente. Mas é difícil dizer exatamente quais seriam as medidas porque elas serão situacionais, elas dependerão em alguma medida de como o Collor deixará este país.

Dez milhões de trabalhadores recebem um salário-mínimo de benefício da Previdência. Como uma política de elevação do salário-mínimo seria compatível com o quadro atual de crise da Previdência?

O problema da Previdência é estrutural. Historicamente, nós sabemos que sempre que o Brasil voltou a crescer, a Previdência teve superávit. Isso ocorreu, por exemplo, duas vezes durante o governo Sarney.

Mas o grande problema da Previdência é que ela nunca foi previdente, nunca foi um seguro social. É preciso fazer uma reforma tal que os recursos da Previdência sejam constituídos em um fundo gerido pelos próprios trabalhadores. Resta saber como recuperar o que foi desviado na Previdência. Há algumas propostas. Por exemplo, foi muito pouco discutido na sociedade brasileira o chamado Plano K, elaborado por membros da Cotia Trading. A linha básica deste plano era: todo o patrimônio público - inclusive futuro - seria transformado em patrimônio dos trabalhadores e dimensionado como dívida social. E isto poderia servir de lastro para atender

às necessidades dos diversos fundos. Dentro do Governo Paralelo, quem está estudando mais isto é a nossa equipe de Minas, que está pensando como criar fundos sociais, como transformar a Previdência em uma organização pública e não estatal.

Uma política de elevação do salário-mínimo ofensiva desencadearia uma disputa agressiva de preços por parte dos setores hoje privilegiados, que controlam a formação dos preços. Como fazer frente a isso?

Esta é uma argumentação antiga. O que nós pensamos é que controle ou fiscalização de preços tem de ser um direito da cidadania. Temos inflação alta e não protestamos. O salário-mínimo ficou quatro meses congelado e pouco se falou deste congelamento. A inflação está na faixa dos 20% mensais e nós aceitamos, já caçados com anos e anos de inflação. A nossa proposta é fazer com que a população proteste, como protestou sempre no passado, diante do aumento de preços. Quando subia a passagem de bonde, era uma comoção. Toda a sociedade organizada protestava e o aumento tinha de ser explicado. Ou, então, tinha de garantir *manu militari* aquele aumento de preço. O movimento popular, quando fazia as campanhas contra a carestia, estava exercendo o seu direito de cidadania.

A proposta mais próxima que permite o exercício desta cidadania é a nossa visão de Câmaras Setoriais, isto é: aceitamos aumento de preços, desde que tenha havido um aumento de custos correspondente. Se, por acaso, houver uma guerra e desaparecer o trigo, teremos que racionar o pão ou aumentar o preço. Qualquer aumento de preço não explicado e justificado é especulação, é crime contra a economia popular.

Um outro argumento bastante usado contra uma elevação do salário-mínimo é o de que ele provocaria desemprego e crescimento do mercado de trabalho informal, já que um grande número de empregadores e microempresários não teriam condições de continuar operando.

Olha, poderia levar a isto realmente. A informalização do mercado de trabalho depende de como os sindicatos organizam suas bases e zelam pelo cumprimento dos direitos trabalhistas. Muitas vezes o emprego só é informal porque é ilegal. Não é informal porque está organizado fora do sistema capitalista. Não! É bem capitalista! É uma empresa metalúrgica, por exemplo, tão capitalista quanto a outra, mas que não registra os seus trabalhadores. Certamente algumas empresas vão quebrar, porque só existem através da exploração máxima da mão-de-obra. Esta empresa vai desaparecer como qualquer empresa que dependia da exploração do trabalho escravo não merecia existir no tempo da escravidão. Vai ser criado algum desemprego, mas também a elevação do poder de compra

do salário-mínimo vai gerar um dinamismo da economia e criar outras oportunidades.

Barelli, que transformações estruturais da economia brasileira adviriam de uma política permanente de elevação do valor do salário-mínimo?

A grande transformação estrutural seria a seguinte: passaríamos a ter um mercado interno muito maior, com capacidade de impulsionar um nível de atividade superior. O Brasil tem a quinta população do mundo. Recurso não é

só financeiro. Recurso é a capacidade humana de criar novas coisas. Na medida em que você incorpora a população trabalhadora hoje fora do mercado, você cria novas possibilidades de crescimento. Certamente, a nossa política não pode ser só do salário-mínimo. É necessário todo um leque de iniciativas que mostram que é possível aumentar renda, como um fator de crescimento da economia.

ABC DO MÍNIMO

DE ATRASO



O salário de 230 mil cruzeiros corresponde ao valor do mínimo fixado há cinquenta anos atrás para as menores cidades do interior do nordeste. Quando o mínimo foi criado em 1940, ele tinha catorze níveis salariais: de 240 mil réis para o Distrito Federal até 90 mil réis, válido para o interior do nordeste.

DE BARBÁRIE



O salário-mínimo já era mencionado pelo Código de Hamurabi há mais de dois mil anos antes de Cristo. O 1º Congresso Socialista do Brasil, realizado em 1882, reivindicava já naquela época "a determinação do salário mínimo baseada sobre o preço mínimo das necessidades atuais". O capitalismo brasileiro, nono Produto Interno Bruto do mundo, continua negando aos trabalhadores esse princípio básico de civilização.

DE CIDADÃO DO CÓLERA



A nova lei do governo Collor mantém o *apartheid* social. De acordo com os dados da Fundação das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), a subnutrição, a desnutrição e a fome propriamente dita afetam 40% da população brasileira. A FAO contabiliza como em situação de fome famílias com renda anual entre 150 a 300 dólares.

DE DEMOCRACIA RESTRITA



O salário-mínimo do terceiro ano de governo Collor consegue ser menor do que o salário-mínimo dos governos Médici, Geisel e Figueiredo.

DE ECONOMIA ANTI-SOCIAL



"Não resta dúvida de que cabe lamentar com toda ênfase a decisão adotada pelos senadores, pelo que contém de irrealismo, se considerada a situação concreta da economia, as vicissitudes da recessão e o estado crítico das finanças da Previdência Social." Assim o editorial do "ilustrado" jornal *Folha de S. Paulo* comentou a aprovação do reajuste bimestral pelo Senado no dia 2 de maio. Nos mesmos dias, os trabalhadores alemães estavam em greve por um reajuste anual de 9,5%. A inflação na Alemanha está na marca dos 4,8% ao ano; aqui, tem pulado a cerca de 20% mensais.

DE FMI



A proposta do governo Collor está perfeitamente sintonizada com os números negociados com o FMI no final do ano passado. Pelos números do acordo, o déficit da Previdência tem de chegar ao final do ano na marca de 0,3% do PIB.

CERCADOS PELA COR

Em julho de 1968 percorri os bairros negros de Washington, levado por uma liderança local - que, ao mesmo tempo, era o nosso passaporte e salvo-conduto. Havia quarteirões completamente arrasados, onde nada ficara de pé: tudo queimado, do sótão ao porão. Essa era a cicatriz mais palpável dos levantes de abril daquele ano, em consequência do assassinato de Martin Luther King. Havia um sentimento nessa política de arrasamento: as habitações e instalações comerciais dos bairros negros eram péssimas e, na maioria, de proprietários brancos. Em consequência do quebra-quebra tudo aquilo teve de ser reconstruído com financiamentos de caráter social, e em parte trocou de mãos, consolidando o processo de formação de uma classe média de cidadãos negros.



Mas sobre as considerações de caráter político ou financeiro, pairava o travo do ódio secular e da revolta. Nosso guia não nos deixou por um instante sequer, e em alguns lugares não pudemos descer do automóvel. Éramos um grupo de estudantes universitários brasileiros - e nos sentíamos solidários com aquela revolta toda. Mas há situações onde isso não se lê na face.

Em Newport, Massachusetts, tínhamos de atravessar algumas ruas do bairro negro para ir do dormitório até a escola. Numa dessas andanças um rapazinho jogou de propósito um pneu rodando pelo nosso meio. Deixamos aquilo passar - mas com o rabo do olho, e com o outro no meio das pernas, observamos o quanto éramos observados. Em cada casa havia um olho que espreitava a nossa reação. Puxar um passaporte verde-amarelo ali seria ridículo. Continuamos o caminho, como se nada houvesse. E todos os dias, dali para a frente, passamos em paz: jovens universitários brancos, de um país de todas as cores, em geral mais pobres, a percorrer cautelosamente ruas de povo negro justamente revoltado. Éramos solidários, mas cercados pela nossa própria cor.

FLÁVIO AGUIAR



ELEIÇÕES/EUA

Independente ameaça

No vácuo de credibilidade, conservador texano pode virar o Fuji-Collar americano.

H Ross Perot, o bilionário texano que resolveu lançar sua candidatura independente à presidência dos EUA, pode causar grandes estragos. Os democratas vivem um momento de crise e o virtual candidato, o ex-governador do Arkansas, Bill Clinton, praticamente não tem chances contra o adversário republicano, George Bush. O jornal *The New York Times* já lançou a proposta de que os democratas encampem a candidatura Perot, assim teriam maiores chances em 3 de novembro. Já os republicanos terão que disputar com a plataforma populista de direita de Perot.

As candidaturas independentes têm poucas chances de conseguir uma vitória na corrida para a Casa Branca, mas funcionam como um elemento de contestação do sistema praticamente bipartidário norte-americano. As iniciativas independentes costumam arrebatar, em média, 10% dos votos, mas lembram que existe um espaço a ser ocupado, que nem democratas nem republicanos podem preencher. Perot tem a seu favor sua atuação contra as drogas, nos anos 70. A questão do combate ao tráfico e do consumo se tornaram prioridade nos EUA, principalmente depois do fim da Guerra Fria. Ainda nos anos 70, esteve vinculado à campanha para encontrar norte-americanos mantidos prisioneiros no Vietnã.

APERTO. O candidato republicano conseguiu sua primeira

vitória, depois das primárias na Pensilvânia, no final de abril. Bush ultrapassou o número mínimo de delegados para conseguir sua nomeação na Convenção Nacional Republicana, em agosto. E Bill Clinton está próximo de garantir sua indicação para concorrer à presidência dos EUA com George Bush, pelos democratas. As pesqui-

sas de opinião mostram, porém, que a situação não está consolidada.

Na pesquisa realizada pelo *Washington Post/ABC News*, 26% disseram que Bush deve vencer as eleições, ainda que com pequena margem de votos. Clinton ficou com 31% da preferência e Perot, estreante na política, abocanhou 26%. Na

Califórnia, o estado mais populoso e rico dos EUA, Perot vence Bush com 38% contra 32% e Clinton fica com 20%, mostram as pesquisas do *Los Angeles Times*.

O episódio em Los Angeles, decorrente da absolvição dos quatro policiais que espancaram um motorista negro, injeta um novo elemento na campanha presidencial e pode favorecer o candidato inde-

pendente. Em uma entrevista à tevê, Perot fez uma crítica sutil a Bush, ao mencionar que o presidente tomara decisões imediatas, mas não foi até Los Angeles para avaliar pessoalmente a situação. Além disso, Perot poderá explorar, sem medo de contra-ataques, a falta de programas sociais eficientes tanto nos governos democratas quanto nas administrações republicanas.

Perot defende que só planos de longo prazo poderão conter a violência. Entre estes inclui as propostas de incentivos fiscais para investimentos em bairros pobres, melhoria das escolas e reforço da importância da família e da Igreja, o que diz algo sobre qual a linha de atuação do candidato.

FLÁVIA SAMPAIO LEITE



MAIO DE 92

A turba pós-moderna:

Como reflexo da própria crise do movimento sindical em quase todo o mundo, as comemorações do 1º de Maio não aglutinaram grandes concentrações de trabalhadores este ano. A exceção de Havana, onde, segundo as agências internacionais, mais de 500 mil pessoas se manifestaram na Praça da Revolução. No Brasil, não houve comemorações unificadas das centrais sindicais, e as que foram realizadas não contaram com grande afluência de público. A mais importante delas se realizou no ABC paulista, com a presença de Lula e de Vicentinho. Aquela realizada na Praça da Sé, pela CUT municipal, terminou em enfrentamentos com a polícia, que aproveitou para exibir sua violência indiscriminada.

SURPRESAS. Mas o 1º de Maio não passou em branco, pela coincidência de dois grandes fenômenos, que elevaram a temperatura social no próprio 1º Mundo. Na Alemanha, a maior greve de trabalhadores desde o pós-guerra levou à paralisação total dos serviços públicos do país, uma greve por tempo indeterminado, reivindicando 9% de aumento de salários. A reivindicação se choca com a política de contenção financeira do governo democrata-cristão, assoberbado pela recessão econômica e pelos altos custos da reunificação (ver coluninha na pág. 11). A

paralisação até mesmo do maior aeroporto do país, em advertência às autoridades, recebeu também a solidariedade de trabalhadores do lado leste da Alemanha, apesar de que seus salários são negociados à parte, conforme o plano de se chegar, no prazo de alguns anos, à equiparação com os salários dos trabalhadores do lado ocidental. Foi nos Estados Unidos - onde, em Chicago, nasceu a tradição do Primeiro de Maio - que se deu a maior manifestação de descontentamento social com o sistema que aquele país já havia conhecido. Para protestar contra a absolvição de policiais que haviam espancado um motorista de caminhão negro - e que foram filmados por um cinegrafista amador, cuja prova foi considerada nula por um corpo de jurados brancos - milhares de negros saíram às ruas, saqueando supermercados e demonstrando violentamente sua até então contida ira contra um sistema social que os marginaliza crescentemente. As manifestações se espalharam pelo país, chegando até o Canadá.

"JUSTIÇA E PAZ". O historiador Mike Davis, autor do mais importante livro sobre Los Angeles, que desmascara seu mito de metrópole da pós-modernidade - e que tanto encanta os ensaístas da *Folha de S. Paulo* - afirmou, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que se trata de um movimento

político espontâneo, provocado por uma história de ressentimentos sociais sofrida pelos negros da cidade, mas também pelos imigrantes latinos e asiáticos. Para ele - autor de *Cidade de quartzo*, a sair proximoamente no Brasil - o que foi mais surpreendente, nas suas andanças pelos bairros em chamas, foram os inúmeros debates políticos nas calçadas, em torno de caixotes e pneus, misturando gerações e diferentes grupos raciais.

A palavra de ordem dominante - "Sem justiça não há paz" - reflete como o protesto racial foi o mote inicial das manifestações, mas o agravamento das condições de vida, com a recessão dos dois últimos anos, criou uma solidariedade social entre os grupos étnicos explorados. Davis conta que viu um sem-casa quebrar vitrines aos berros de "agora tenho emprego".

Esses acontecimentos representam, para ele, o início da morte das grandes cidades norte-americanas, e se atreve a prever que a explosão de Los Angeles é a primeira de uma longa série de rebeliões dos guetos profundos dos Estados Unidos. Tudo como resultado de uma terceiomundização das cidades norte-americanas, que compõem o caldeirão social que ferve no país ao longo dos mais de dez anos de política neoliberal.

EMIR SADER

25 de Abril sempre!

Comemorações incluem a defesa das conquistas ameaçadas por Cavaco Silva

Abril fez 18 anos! O heróico levante dos capitães que levou ao fim a ditadura salazarista foi comemorado, em Lisboa, entre abundância de cravos vermelhos. Ao som da *Grândola*, "Vila Morena" - canção-símbolo da Revolução dos Cravos - e de palavras de ordem como "Fascismo nunca mais, 25 de abril sempre!", milhares de lisboetas desceram a Avenida da Liberdade em direção ao Largo do Rossio, em passeata encabeçada pela alegoria de um dos tanques saídos naquela manhã do dia 25 de abril de 1974.

Enquanto os manifestantes percorriam os cerca de quatro quilômetros que separam o Marquês de Pombal do Rossio - local onde tradicionalmente é comemorado o Abril -, um grupo de músicos animava os mais jovens com um repertório eclético: ia de Beatles a *reggae*, sem faltar, é claro, as músicas da resistência portuguesa.

Com a chegada da passeata ao Largo, a música cedeu lugar à política. Subiram no palanque, demonstrando unidade - pelo menos no que se refere a Abril -, dirigentes do Partido Comunista Português (PCP), maior organização de esquerda do país; do Partido Socialista (PS); da União Democrática Portuguesa (UDP); Verdes; Intervenção Democrática (ID) e outros partidos menores, além de representantes da União Geral de Trabalhadores (UGT) e da Central Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Até um representante do Partido Republicano Democrático (PRD), aliado do PSD (governista), esteve presente, mas foi fortemente vaiado. Afinal, unidade é bom, *pero no mucho*, como dizem os espanhóis.

Em toda Lisboa, e não só no Rossio, o clima nesse dia era de quase liturgia. Pessoas vestidas com roupas típicas das várias regiões do país, grupos folclóricos, intelectuais, artistas, famílias inteiras circulavam com cartazes, folhetos ou cravos vermelhos. Seguir andando por um mesmo caminho percorrido pelos capitães em Abril podia ser, por exemplo, uma forma de manter viva a memória da Revolução.

MARCHA-A-RÉ. Conquistas importantes de

Abril vêm sendo bombardeadas nos últimos anos, em particular pelo atual governo, que promoveu uma revisão constitucional em 1989, abrindo espaço para a reconstituição do capitalismo monopolista no país. O governo Cavaco Silva já despediu milhares de trabalhadores das indústrias metalúrgica e têxtil e ameaça demitir outros milhares de funcionários públicos, ao privatizar empresas do setor público e nacionalizado. As privatizações incidem, como sempre, sobre as empresas mais lucrativas e são seguidas de "enxugamento" de pessoal. "O 25 de Abril chega à

maioria de com muitas de suas conquistas ameaçadas", diz a ex-deputada socialista Carmelinda Pereira, da Aliança Europeia dos Trabalhadores (AET). O investimento estrangeiro na economia portuguesa se deve, segundo Carmelinda, à atração do grande capital pelos baixos salários pagos no país.

Em contrapartida, os serviços de educação e saúde encarecem assustadoramente; camponeses e agricultores estão sendo arruinados com a redução drástica da produção agrícola; o governo estrangula o Poder Local (conquista da Revolução e parte integrante do poder político), cortando verbas orçamentárias; contra a própria Lei das Finanças Local, cria, como em outros países da Europa, o trabalhador "precário" - uma espécie de *free-lancer*, contratado por tempo determinado e que fica fora do esquema de acordo coletivo. E, diversificando sua área de atuação, o governo liquidacionista de Cavaco Silva tenta agora apagar a Revolução da memória popular. Seu ministro da Educação propôs neste ano a retirada da disciplina História dos currículos de 1º Grau.

Os ideais de Abril correm o perigo de sofrer mais um golpe: uma nova revisão constitucional, que dê amparo legal à ofensiva direitista de Cavaco Silva. Mas existem sinais (ainda incipientes) de aproximação entre as organizações de esquerda portuguesas, para defender as conquistas democráticas da Revolução. Como disse o deputado comunista Jerônimo de Souza nas comemorações deste ano, "haverá sempre quem prossiga Abril". Tomara, ô pá!

IVANA JINKINGS,
de Lisboa



ITÁLIA

Ao som do rock'n roll

O 1º de Maio foi comemorado em Turim. Mas no palanque faltou política.

Gramsci, se fosse vivo, teria ficado de cabelo em pé durante a comemoração do 1º de Maio em Turim, segunda maior cidade industrial (e, portanto, operária) da Itália. Teve de tudo no imenso palanque armado na Piazza San Carlo: rumba, blues, danças típicas e muito, muitíssimo rock. Só não teve política.

As dez horas da manhã, quando os partidos organizados começaram a sair em passeata da Piazza Victorio, tudo parecia ser diferente. O primeiro a sair foi o Partido Democrático de la Sinistra (PDS), ex-comunista, um pouco sisudo, mas com um número considerável de militantes e dirigentes. Logo em seguida veio a Refundazione Comunista, que se pretende continuadora da política e da história do PCI, com o maior número de pesso-

as, muitas faixas, bandeiras e até uma banda uniformizada que ia tocando "Bandiera Rossa", a "Internacional" e outros hinos menos conhecidos no Brasil. O terceiro e último grupo a sair foi o Lotta Comunista (Luta Comunista), também saída do PCI.

EMOÇÃO CURTA. A passeata foi o ponto alto da manifestação. Em todo o percurso pela Via Roma o clima era de muita emoção: pessoas choravam, se abraçavam, aplaudiam e cantavam junto com os partidos, principalmente com a Refundazione, mais forte em Turim. Chegando na Piazza San Carlo, a expectativa geral era a de que fosse começar, então, um grande comício. E aí veio a decepção: no palanque, o rock continuava a rolar solto e em sua volta - tomada por jovens apa-

rentando não mais de vinte anos - ninguém fazia nenhuma referência à data, ninguém gritava contra o fascismo, nenhuma palavra de ordem. Nada.

O único comício do dia ficou por conta do Lotta Comunista, a uma distância de mais ou menos 100 metros da Piazza San Carlo, mas só os seus militantes foram convocados (é isso mesmo, comício exclusivo!) para ouvir Bruno Feroglio, da direção nacional, defender o "internacionalismo proletário". Sinal dos tempos? Efeito da queda do chamado socialismo real? Só o tempo dirá. Mas espera-se que o dia internacional de luta dos trabalhadores não vire apenas mais uma data nos livros de História. Gramsci não merece.

IVANA JINKINGS,
de Turim



1º DE MAIO AGITADO

Berlim saúda Los Angeles" foi a palavra de ordem do chamado 1º de Maio revolucionário em Berlim, que contou com a participação de mais de dez mil manifestantes. O 1º de maio dos autonomistas e da esquerda radical terminou em pancadaria, queima de automóveis, saques, trezentos manifestantes presos e 104 policiais feridos. Significativo neste 1º de Maio da Alemanha reunificada não foi o já tradicional quebra-quebra no bairro berlinense de Kreuzberg, mas sim a greve, após dezoito anos de abstinência, dos funcionários de serviços públicos.

Alternando setores, eles paralisaram trens, ônibus e metrô, correios e repartições públicas, coletas de lixo e teatros, polícia e escolas, cemitérios e museus, creches e aeroportos. A diferença entre a proposta patronal (4,8%) e o "aceitável" pelos sindicatos (5,4%) são exatos 0,6%. Mas muito mais do que essa pequena diferença, a greve é uma resposta à intramissão do governo nas negociações, através da fixação de 5% como limite para o reajuste salarial, o que foi considerado pelos sindicatos uma inadmissível quebra da autonomia sindical, e a não aceitação de que os custos maiores da reunificação alemã recaiam sobre os trabalhadores. Os sindicatos pagam aos grevistas sindicalizados os dias parados e informam à população onde e quando os serviços serão paralisados.

Apesar da perda de prestígio e de problemas em diversas frentes, como uma das mais altas taxas de inflação da Comunidade Europeia (4,5%), PIB em queda (previsão de 1,5% de crescimento para 1992), altos juros, aumentos de impostos e turbulências na coalisão governamental com a inesperada renúncia do ministro de Relações Exteriores, o governo resolveu pagar para ver na luta do funcionalismo. Vai pagar muito caro. Os metalúrgicos fizeram greves de advertência em protesto contra a proposta patronal de 3,3% de reajuste, em 9,5% reivindicados. Também os gráficos, os comerciários e os trabalhadores da construção civil estão mobilizados em campanha salarial.

O verão ainda não chegou, mas a temperatura dos últimos dias está elevada e tudo indica que irá subir mais ainda.

CARLOS SANTOS,
de Berlim

PIMENTA SEM REFRESCO

SÍRIA. O presidente sírio Hafez Assad anunciou que os cerca de três mil judeus do país poderão viajar livremente ao exterior, rompendo um tabu de quase três décadas. A medida, adotada um dia antes do reinício das "inacabáveis" negociações de paz no Oriente Médio, representa uma indiscreta piscadela em direção a Israel e à Casa Branca.

NEGOCIAÇÕES. O raposo Assad pode estar sinalizando que aceita um acordo de paz em separado com Israel, em troca da devolução (pelo menos parcial) das colinas de Golã, que Israel ocupa desde 1967. Um acordo semelhante aos de Camp David, que Israel assinou com o Egito em 1977.

FUNDAMENTALISMO. Se Assad confirmar o namoro, estará adotando medidas radicais para reduzir as tensões no Oriente Médio. E, com elas, os enormes gastos da Síria com a defesa, em um momento em que o país enfrenta graves problemas econômicos. Novos recursos estariam então liberados para programas sociais, diminuindo o risco de uma explosão popular contra os 20 anos de ditadura de Assad. O espertinho presidente sírio teme a expansão para dentro de suas fronteiras do fundamentalismo islâmico, recém-vitório no Afeganistão e crescente nas ex-repúblicas soviéticas, no norte da África e entre os palestinos. É bom lembrar que a maior ameaça ao governo de Assad foi uma rebelião fundamentalista na cidade de Hama, em 1982.

COMPROMISSOS. Para quem acha que esse tórrido beijo sírio-israelense está muito distante, basta dizer que Assad não está sinalizando para o atual governo de Israel. O alvo de seus "torpedos" é o novo gabinete, a ser eleito no fim de junho. As pesquisas indicam uma vantagem dos trabalhistas, cujo programa prevê um "compromisso territorial" sobre o Golã.

JAYME BRENER



HAITI

Impasse na ditadura

A situação do país permanece indefinida e os EUA inventam uma alternativa anti-Aristide

Gerard Pierre-Charles é o intelectual mais importante do Haiti. Isso lhe valeu um longo exílio - 26 anos - no México, durante o duvallierismo. Voltando em 1986 a seu país, ele pôde presenciar e participar do movimento popular que levou seu amigo, o padre Aristide, à presidência do Haiti. Acusado pela imprensa conservadora de ser um dos mentores do presidente, ele não participou do governo, organizando um centro de pesquisas e formação, que atua junto ao movimento popular haitiano.

O golpe de 7 de setembro passado criou uma situação *sui generis* no país. Um governo militar sem legitimidade, um Parlamento dividido e sem ação, a massa da população - apoiadora de Aristide - ficou impotente diante da rapidez dos golpistas na madrugada de um domingo, foi duramente reprimida, retomou o caminho de fuga do país, enquanto o Haiti fica suspenso no ar.

Gerard fechou seu centro de pesquisas por dois meses, como medida de precaução, porque seu nome foi novamente utilizado pelos golpistas que o ameaçaram, para ver se ele também sairia do país. Ele ficou, com sua mulher, Suzy Castor, outra intelectual importante do Haiti, reabriu seu centro, apesar de ter tido três de seus membros assassinados nos massacres, que fizeram entre 4 e 6 mil mortos, segundo a organização internacional Médicos sem Fronteiras.

De passagem pelo Brasil, onde fez

uma exposição sobre o herói haitiano da luta pela independência e pela libertação dos escravos - Toussaint Louverture -, antes de retornar a seu país, passando por Caracas para se reunir com Aristide, Gerard faz um relato sobre a situação atual do Haiti, do qual Emir Sader selecionou os trechos que seguem.

Como é viver no Haiti numa situação como a atual?

Depois do massacre dos primeiros dias, a repressão se seguiu, sobretudo no interior do país. As ameaças seguem, mas a situação se estabilizou, num impasse.

O governo atual sabe que não tem nenhuma legitimidade, o Parlamento - que deveria ser o órgão da restauração institucional - está dividido entre golpistas e antigolpistas. A ação internacional impediu um massacre maior e a organização da OEA serve como elo para negociações. A situação é difícil para todos.



Gerard: um intelectual sem medo

Que tipo de solução pode surgir?

Os golpistas tomaram o secretário-geral do minúsculo e desprestigiado Partido Comunista, René Theodore, como candidato a primeiro-ministro. Há dois problemas: Aristide deseja punição para os golpistas, não quer retornar ao governo sem poder, como refém dos militares. E Theodore não passa de um boneco manejado pelos golpistas e pelos

EUA, cuja embaixada o recebe de suas viagens em carro oficial e trata de fazer dele - sem nenhum sucesso popular - um dirigente alternativo a Aristide. O boicote econômico paralisou o país? Quais são suas consequências concretas?

O boicote é muito relativo. O Haiti já não tinha grande intercâmbio internacional. Sua principal consequência é a suspensão de um empréstimo de 800 milhões de dólares dos ban-

Houve erros no governo de Aristide que facilitaram a ação dos golpistas?

Claro que o golpe foi dado conforme um plano premeditado, independente dos erros que o governo de Aristide tenha cometido. No entanto, é preciso dizer que, por inexperiência, o governo não tratou devidamente das alianças políticas com partidos que, sendo antiduallieristas, não o apoiaram nas eleições. Houve certo desprezo no trato com o Parlamento.

Por outro lado, embora as medidas tomadas pelo governo tenham sido moderadas e realistas, às vezes, nos discursos, Aristide assumiu um tom muito radicalizado, que foi usado pelos opositores para tentar caracterizar suas palavras como insufladoras do ódio popular contra seus opositores.

PERU

FUJIMORI = COLLOR?

"O perigo existe. Ninguém sabe nunca o que passa em cabeças como as de Collor e Fujimori, principalmente quando eles se trancam na solidão do poder." A preocupação é do deputado Chico Vigilante (PT-DF), comentando a possibilidade de ocorrer no Brasil um golpe semelhante ao do Peru, quando chegou, na terça-feira, dia 5, de uma viagem de quatro dias àquele país, fazendo parte de uma comissão representante da Câmara Federal, com mais 12 deputados. Numa atitude inédita no Brasil, o Poder Legislativo dirigiu-se a outro país para prestar solidariedade aos trabalhadores e ao povo, contra a ditadura, e manifestar o desgosto por ver um vizinho trilhar por caminhos ditatoriais.

Depois de conversar com todos os setores organizados da sociedade, apoiar a luta desses setores (inclusive todos os partidos) pela democracia, e de ver Fujimori jogar toda a culpa pelos seus fracassos no Legislativo e no Judiciário, Chico Vigilante voltou com a convicção de que há muitas semelhanças entre Collor e Fujimori. E com a disposição de usar todas as forças possíveis para forçar um recuo da ditadura peruana.

VOCÊ SABE POR QUE MUITOS DOS EVENTOS POLÍTICOS E CULTURAIS QUE A ESQUERDA PROMOVE NÃO DÃO EM NADA?

Porque é preciso gente especializada e competente administrando esses acontecimentos. Gente que possa, com poucos recursos, transformar simples idéias em fatos marcantes e inesquecíveis.

GAUCHE. PRA ESQUERDA FAZER E ACONTECER.

GAUCHE
Eventos e Promoções
Av. Rio Branco, 156 • Conj. 503
Ed. Avenida Central
Rio • RJ • CEP 20043

GAUCHE

Tel. (021) 262 1236
FAX. (021) 262 4841

De volta ao circo

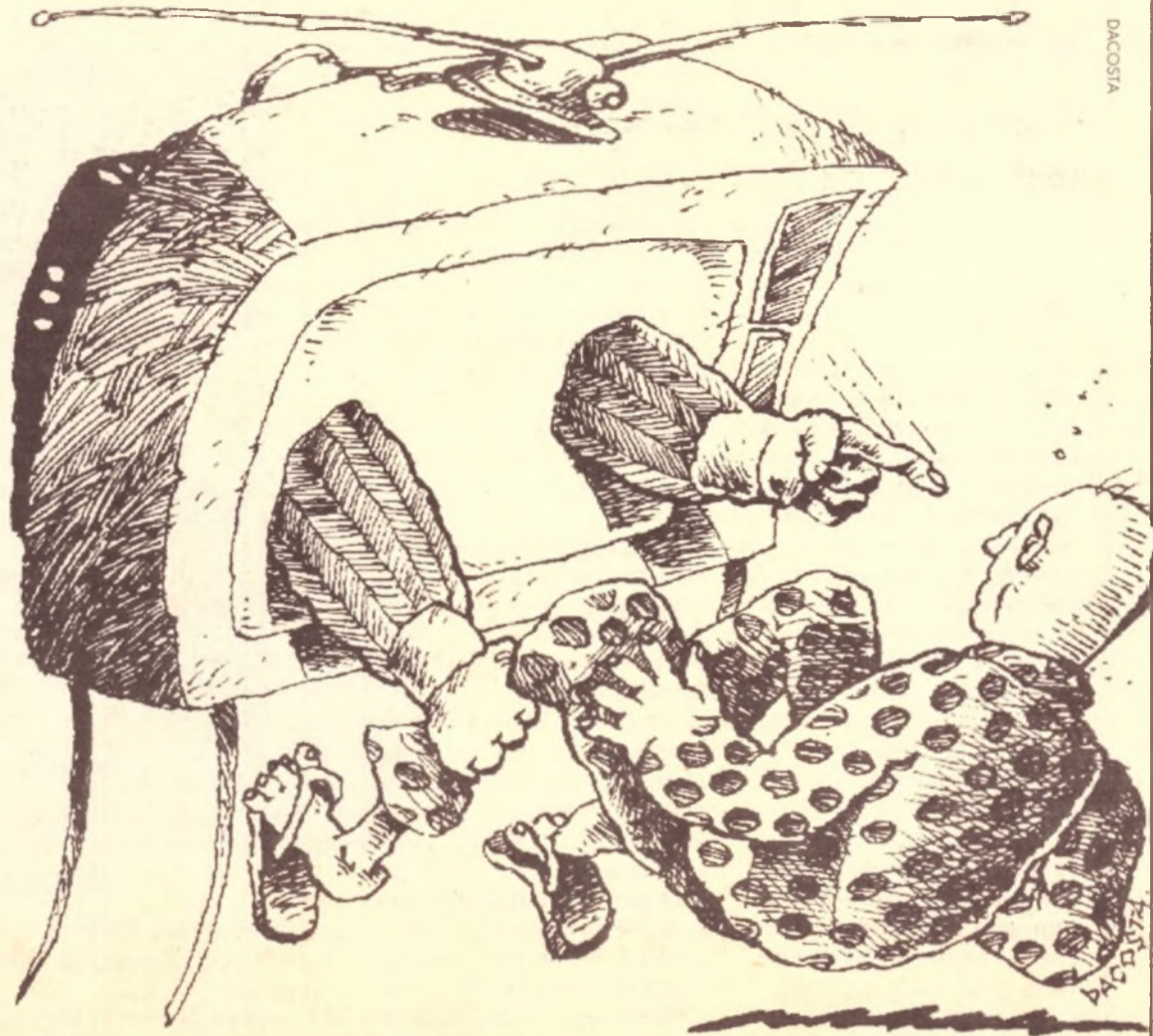
**A TV Globo decide
o que você decide:
programa novo, à antiga.**

No anfiteatro romano, a plebe participava do espetáculo: além de torcer pelos seus preferidos, decidia se o perdedor morria ou não, no clássico gesto do dedão para baixo ou para cima. O programa da Globo, "Você decide", está mais para este clima do que para romper com o trator sobre corações e mentes, que é a programação televisiva média no Brasil.

ENCAIXE NA CONVENÇÃO. O programa propõe um enredo, baseado num conflito de ordem ética, que converge para uma pergunta decisiva para a sua continuidade: o policial deve prender o filho ladrão ou não, a psiquiatra deve contar à paciente que é mãe adotiva de sua filha desaparecida, a mulher deve revelar ao marido que assistiu a um crime num motel? Os telespectadores telefonam votando, enquanto Antonio Fagundes, a cada bloco, comenta o desenrolar da ação e o número de votos para cada posição.

Ao mesmo tempo, num ponto central de uma grande cidade (Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, até agora), um repórter vai ouvindo pessoas ao vivo, que dão sua opinião, em geral muito curta, expressando mais o encaixe numa convenção do que um raciocínio sobre a questão. A certa altura, encerra-se a contagem, e a partir daí marcha-se para o desenlace mais votado. O final alternativo, algumas vezes, aparece no *Fantástico*.

A idéia geral do programa tem alguns pontos atraentes. As intervenções de Fagundes, em geral em tom simpático e descontraído, criam um ar de distanciamento brechtiano, comentando a ação e a inclinação dos votantes. O enredo, pelo menos na primeira vez, de fato surpreendeu a própria decisão. O público votou que o policial devia de fato prender o filho; quando este tira a máscara, vê-se que criminoso não era o fi-



lho, mas sim que criminoso era a filha, que todos criam inocente. E o clima geral do programa procura apontar para uma "participação" do público nos rumos do programa, o que romperia com a passividade a que normalmente se condena o espectador.

CLIMA DE MELODRAMA. A resposta plebiscitária, entretanto, às vezes esconde armadilhas que, ao invés de despertar o espectador, podem embotar a sua percepção. Por exemplo: no programa onde a questão é revelar ou não a identidade do criminoso no motel, a trama da pergunta falseia a imagem do país onde ele se dá.

A questão é associada ao seguinte: revelar o criminoso "condena" o casamento da protagonista, interpretada por

Cassia Kiss; escondê-lo, "protege" o casamento. Para complicar, o suposto criminoso seduz uma amiga da protagonista, o que eleva a temperatura da decisão, e se põe a perseguir a personagem central, querendo "explicar" o que aconteceu.

O clima, portanto, é de melodrama; a pergunta colocada fica artificial, pois poderia ser contornada, "à brasileira", pela cumplicidade entre as amigas. E quanto à denúncia, nestes dias que ora vemos, ora vamos e venhamos, um telefonema anônimo bastava, já que isso é prática corrente. Ou o amante arranjaria tudo com um dinheirinho na delegacia mais próxima. O conflito da personagem, apresentado de uma forma ligeira e superficial, colorida de tons sentimentais e melodramáticos, não sugere assim a re-

flexão; simplesmente apela para aquilo que o telespectador tem na sua bagagem de lugares comuns. Telefonando, ele sai da imobilidade - como o paciente a quem se testam seus reflexos e dá algum tipo de resposta, despertando às vezes expressões animadoras, como "oh, ele ainda está vivo".

Nesse sentido, o melhor enredo ainda foi o primeiro: surpreendendo o telespectador com a revelação da identidade da criminosa, o programa, pelo menos, desperta alguma reflexão depois do final da ação. Quanto às cenas de praça pública, aí sim, estamos em pleno circo: dedões para cima, dedões para baixo, todos pedem e perdem o pão do espírito. Neste tipo de circo, fiquemos com Espartaco.

FLÁVIO AGUIAR

OUVIDOR GERAL

ESSA ACADEMIA! A eleição do mais novo acadêmico da imortal Academia Brasileira de Letras foi marcada pelo confronto entre dois candidatos: Paulo Sérgio Rouanet e Roberto Campos. Rouanet acabou eleito, embora Campos fosse favorito. Seu favoritismo vinha acompanhado de comentários, no pequeno mundo acadêmico, de que apoiar Rouanet seria equivalente a apoiar o governo, uma vez que ele é o secretário de cultura de Collor. Convenhamos: escolher Roberto Campos seria apoiar o quê?

BAIXÉSIMA. Baixésima para a *Revista da Folha*: tão colorida e criativa em sua estréia que não dá para distinguir direito a publicidade das matérias, a não ser no caso dos tijolinhos em preto e branco. A revista, precedida de uma campanha publicitária baseada em ícones de "Primeiro Mundo", para acompanhar o jargão próprio ao veículo, decepcionou à larga. Fica apenas o gosto de um suplemento dedicado encomiasticamente ao universo do consumo, coisa de que o jornalismo pós-moderno não consegue se diferenciar. Pois até inauguração de shopping center agora é notícia! Vivemos um mundo de marketing noveleiro, com publicidade plantada como "natural" dentro do enredo. É a crise - de finanças e de idéias.

FRANCIS RIDES AGAIN. Em seu *Diário da Corte*, publicado no *Estadão* de 30 de abril próximo passado, o jornalista Paulo Francis volta a enfileirar um monte de grosserias contra pessoas ligadas à administração petista de São Paulo, principalmente a prefeita Luiza Erundina e o Senador Eduardo Suplicy. Seguindo normas de D. Maria I, a Louca, que mandava esquarterar os dissidentes, salgá-los e salgar o lugar onde viviam, estendendo a anátema a seus familiares, o jornalista insulta com termos de inspiração racista a prefeita, além de outros ismos baratos, e sai a tecer comentários igualmente pejorativos sobre Marta Suplicy - por esta ser, é claro, casada com o candidato petista. Admiraria que tais baixarias tenham tanto espaço, se isso não representasse o desprezo oligárquico que paira nas entrelinhas - e linhas - de nossos reacionários órgãos de imprensa, que têm seus manuais de redação mas desconhecem até os ideais liberais que dizem defender.

EM TROCA DE LADY MACBETH. Ouvi dizer que a presença de Antonio Fagundes no "Você decide" da Globo faz parte do acordo que liberou Vera Fischer para o papel de Lady Macbeth na montagem em que o primeiro faz o papel do marido. Inicialmente a Globo era contra a liberação para preservar a exclusividade de sua presença na novela da emissora: *Perigosas Peruas*. Mas Shakespeare, que sempre é uma causa nobre, ganhou. Agora pense se esse negócio de exclusividade, assim posto, está certo. Você decide.

FLÁVIO AGUIAR

20.000
ASSINATURAS

EXTRA, EXTRA: BRASIL AGORA
QUER VINTE MIL ASSINATURAS

SÓ VINTE MIL?! FAÇA COMO O
MAGRI: TRINTA MIL NO MÍNIMO!



ASSINE **BRASIL AGORA** AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

END. _____

Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 27.500,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 57.500,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 90.000,00

CONSISTÊNCIA SAFADA

Merece o mais completo repúdio dos homens e mulheres de bem deste país, a posição manifesta em documento escrito pelo Sr. José Aurélio de Camargo, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo (leia-se: particulares), exortando as escolas sob sua influência a recusarem matrículas a alunos adêuticos.

Faz tempo já que este senhor age e prega com a mais desapiedada impunidade preceitos que ferem qualquer princípio público para a educação brasileira. Pregou abertamente a desobediência econômica (não dá para chamar de civil), quando do tabelamento dos preços das escolas privadas.

Só se justifica a presença deste Sr. na liderança patronal dos estabelecimentos de ensino privados diante da conjugação do espírito de rapacidade que reina, a partir da ditadura militar, nos terrenos da educação brasileira, com o descaço a que os poderes públicos brindaram esta área. Dá até um certo engulho observar figuras públicas hoje pregando a "privatização" da economia, "lembrando" que o Estado deve ocupar-se de áreas "essenciais" como saúde, educação, segurança, tendo na memória que estas mesmas figuras, vinte ou vinte e cinco anos atrás, pregavam que o Estado devia ocupar-se de áreas mais "lucrativas" para seus investimentos, deixando as de pesado ônus, como educação e semelhantes..., para a iniciativa privada.

É essa consistência safada que marca nossa vida pública, que justifica a presença de aurélios camargos onde estão, com a empáfia e a impunidade de que gozam. Onde estão as autoridades educacionais deste país, que agora não vêm cantar, mas estão sempre prontas e arrear as penas contra o "corporativismo" dos sindicatos de trabalhadores da área? Caramba!

CAMPOS LEÃO

Palavra de Ramos

Contista sério, autor de *Terno de Reis*, Ricardo Ramos deixou seu traço na literatura brasileira.

Nada fácil ser filho de Graciliano Ramos, um autor dos maiores da história de nossa literatura, consagrado como um clássico, reconhecido aqui e lá fora. Alie-se a isso o fato de que a fama entre nós é algo discutível, ainda mais numa atmosfera de armações, dissimulações, relações públicas, jogo de interesses. Um dramaturgo de peso, Nelson Rodrigues, ficou famoso pelas frases que disparava e uma delas é que a fama pode ser apenas a soma do número de vezes em que é repetido um nome. Por esses motivos todos e também pela sua humildade, Ricardo Ramos desconheceu a repercussão que sua produção de escritor mereceu, desde o seu primeiro livro de contos, *Tempo de Espera*, de 1954.

Ricardo Ramos morreu em São Paulo a 27 de março último. Por uma coincidência, no mesmo dia e mês que seu pai, Graciliano. E faleceram quase com a mesma idade: Graciliano aos 61 e Ricardo Ramos aos 63 anos.

MUSEU DA LITERATURA. Ricardo adotou São Paulo, enquanto vim para o Rio. E durante mais de trinta anos acompanhei a sua luta e fidelidade à literatura brasileira. Dedicou boa parte de sua vida incentivando jovens escritores e sustentando colaboração intensa na imprensa. Bráulio Pedrosa, Julieta de Godoy Ladeira, Caio Porfírio Carneiro estão nesse caso. Ricardo sempre abriu e reclamou espaços para o autor nacional. Hábil nessas transações, criou certames, encontros, antologias e foi o responsável pelo Museu da Literatura, na Rua Lopes Chaves, na casa que foi de Mário de Andrade.

A crítica já o saudou como um "mestre do silêncio" devido às dimensões estéticas de

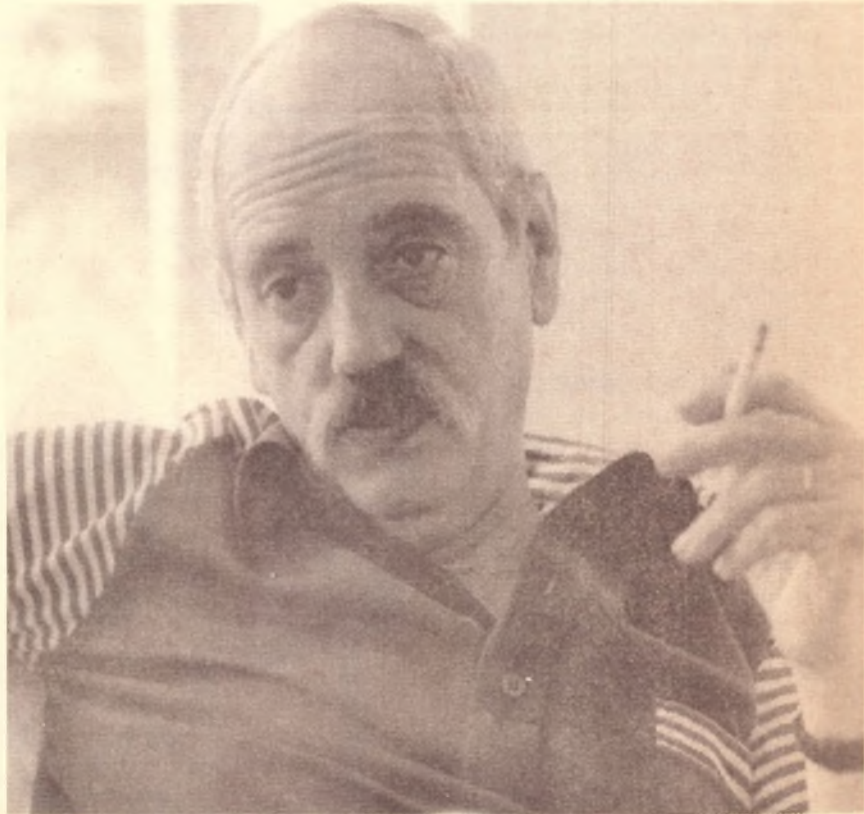
seus contos e romances. Mas também como animador cultural Ricardo foi mestre aliado competência e discernimento. Extremado na camaradagem, mantinha um espírito crítico inalterável diante das aparências, exigente e corajoso. Era exigente consigo mesmo, principalmente.

FALTA UM LIVRO.

Poucas pessoas neste país cultivaram um conhecimento tão largo de literatura brasileira e seu conhecimento sobre conto no Brasil era famoso. Seus escritos sobre literatura têm uma personalidade marcada pela contensão e pela coerência de quem acredita que

a literatura de um país é o resultado de uma família de autores e de pensamento. Várias vezes, em artigos e conferências, aqui e no exterior, eu o vi sustentar que o melhor perfil do brasileiro moderno ainda era feito pela arte da palavra, pela literatura. E dentro dela, o conto se destacava. Uma lástima que esses trabalhos ainda não tiveram tempo e oportunidade de serem reunidos em livro.

Assediado sempre pelos aspirantes à literatura, Ricardo tinha um jeito quase familiar de apagar certos fogos momentâneos. Afinal, uma ocupação aparentemente fácil como um terreno baldio - a literatura - propicia o aparecimento de muitas distorções e equívocos. Ricardo Ramos sempre esclarecia:



AF. JOÃO PIRES

RICARDO RAMOS:

"Você pode me falar em pintor primitivo. Mas nunca em escritor primitivo".

- Você pode me falar em pintor primitivo. Mas nunca em escritor primitivo.

TRABALHO E TRABALHO. Recomendava trabalho, vivência, leitura e persistência. Provavelmente esta seja a grande herança que lhe deixou Graciliano: a seriedade diante do fato literário. Pouca gente conseguiu confundir o critério de julgamento de Ricardo Ramos. Ele tinha uma visão lúcida de que o território das letras no Brasil ainda tinha muito terreno virgem a atingir. Mas não poderia nunca abdicar de um bom nível estético.

A palavra geração é precária e abarca pouco, é discutível. Mas a geração a que pertence é devedora, de uma forma ou de outra, a um homem como Ricardo Ramos.

Principalmente os contistas, os que se metem com esse fazer mágico, próprio de vocacionados, rico em detalhes e de difícil definição. Uma arte possível ou impossível, que se mistura a muitas outras, desde pintura até música e poesia e que entre nós tem uma tradição de artistas de grande porte, desde um caso desconcertante, Machado de Assis.

Ricardo Ramos, a quem só o tempo, serena e implacavelmente, há de julgar e situar dentro de sua época, dedicou muito de sua vida a cultivar, prestigiar e incentivar essa arte fina e singular que se chama conto. Mas o reconhecimento... Não é fácil carregar o fato de ser filho de Graciliano Ramos.

JOÃO ANTONIO do Rio

LDB: vai ou não vai?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se arrasta no Congresso. Educação não é prioridade?

Só o sentimento de impunidade que impera na ala conservadora de nossa esfera pública justifica o que está acontecendo com o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ora tramita (tramita?) na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional.

Desde a promulgação da Constituição de 1988 que inúmeras organizações da sociedade civil e muitos deputados de vários partidos debateram a fundo a questão educacional do país. Com seus defeitos e qualidades, o re-

sultado é esse projeto que ora aguarda, pacientemente, entrar na órbita das preocupações congressuais prioritárias.

Esse projeto recebeu emendas do centro, da direita e da esquerda; passou pelo crivo crítico e por contribuições do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; voltou às comissões, inclusive à Educação, tendo sido nomeada outra relatora, a deputada Angela Amin, do PDS de Santa Catarina. No final de abril, por iniciativa do Fórum Nacional realizou-se amplo seminário em Brasília no

próprio Congresso, onde se redelinearam e se confirmaram posições e prós e contras. Falta, agora, a batalha do plenário.

EDUCAÇÃO INFORMAL. Dizer que sempre há uma iniciativa (ou barbaridade) do governo "mais prioritária" não é desculpa; qualquer pessoa de bom senso sabe que sem um sistema educacional estruturado o Brasil não vai a lugar nenhum. A educação brasileira virou um espaço "informe" (e "informal"), perdendo o espírito de sistema, graças à política de privatização e desinvestimento público que reinou e reina nessa área, de um modo geral. Criou-se uma comissão suprapartidária para agilizar a busca de pontos de consenso nas diferentes visões a

respeito do projeto; agora acusa-se, nos corredores, essa comissão de "retardar" o processo. Na verdade, o que retarda esse processo é a oposição aos avanços que ele contém, oposição hoje cristalizada no PFL do bloco governista (a depender da Comissão, ele vai a votação até o fim de maio). A primeira questão é que ele avança na direção de criar um sistema nacional de educação, o que desgosta setores da empresa escolar privada que preferem, aqui sim, separar completamente as esferas do público e do privado; a segunda é que ele também desagrade ao atual Ministério da Educação, por duas razões principais, embora possa haver outras. A primeira é a autonomia que ganha o Conselho Nacional de Educação, transformado em órgão máximo da educação brasileira; o Ministério prefere a posição para si, e o Conselho como um órgão situado na órbita do Ministério. A segunda é que a representação nesse Conselho, onde vários membros são eleitos a partir de en-

tidades da área educacional, seria "corporativa" demais. Aliás, na palavra do ministro Goldemberg, o próprio projeto seia "corporativo" demais. É verdade que, embora tímido, o projeto contribuiria, se aprovado, para melhorar as condições de trabalho no setor, que são desorganizadas na esfera pública e caóticas na esfera privada. Essas são resistências principais a vencer, para que o país tenha um projeto de lei à altura de seus problemas.

FLÁVIO AGUIAR



Gabriela, mulher da vida.

Depois da ECO, o Rio vai ser palco em setembro do 1º Congresso Internacional dos Trabalhadores do Sexo. Prostitutas e travestis de 30 países vão discutir entre outros assuntos as modificações nos Códigos Penais, a Aids e a profissionalização. Na coordenação do evento, Gabriela Silva e Leite já colecionou vários aborrecimentos. "Os hotéis não queriam hospedar os participantes, achavam que iam ficar com fama."

Liderança nacional do movimento de prostitutas, Gabriela trabalha há sete anos no ISER - entidade carioca de esquerda cristã - lugar onde fundou o Beijo da Rua, jornal voltado para prostitutas e travestis de todo o país. No dia 12 de maio, Gabriela lança no restaurante Taberna, no Rio de Janeiro, o livro Eu, mulher da vida, editado pela Rosa dos Tempos. No livro, Gabriela conta como largou a vida de secretária da Shell e estudante da USP no final dos anos 60 para entrar na prostituição. "Enquanto uns iam para a porralouquice da luta armada, eu fui para a porralouquice da marginalia." Ex-militante do PT e atual eleitora de Brizola, Gabriela comemora o crescimento do movimento de prostitutas, que conta hoje com 12

associações espalhadas pelo país. "As prostitutas estão saindo do gueto, perdendo a vergonha de falar." E a dama avisa: "Vão ter que nos respeitar". Gabriela foi entrevistada por Denise Carreira.



FOTOS: HUGO SCOTTE

Como foi o início na prostituição? Deu nó na cabeça?

No princípio deu sim. Porque uma coisa é você falar e outra é viver a situação. No começo eu tinha vergonha de tudo, que as pessoas me vissem entrando nos prédios de prostitutas de São Paulo, de me lavar na frente das mulheres, de puxar homem. Foi um grande aprendizado.

E sua família, como reagiu?

Depois de 15 anos de separação, voltamos a nos falar há dois anos. Minha filha foi criada por minha mãe, que achava que eu não tinha condições de cuidar de uma criança. Depois do casamento de minha filha acabamos fazendo as pazes. Hoje eu sou mais bem aceita, mas também tem um componente, eu sobrevivi, fiz sucesso. Não sei se seria a mesma coisa se continuasse somente uma prostituta do mangue carioca.

O que leva uma mulher à prostituição?

São muitos os motivos que levam uma pessoa para um determinado trabalho. Eu, por exemplo, sempre fui apaixonada pelo mundo da noite, da marginalia. No caso da prostituição, muita gente - principalmente de esquerda - justifica a prostituição pela necessidade econômica. Acho que isso é coisa do marxismo, que apesar dos lados bons nos viciou no discurso econômico.

Até onde miséria e prostituição andam juntas?

Não dá para explicar qualquer situação social sem levar em conta o lado econômico. A prostituição não foge à regra, principalmente no Terceiro Mundo. Mas explicar a prostituição somente pela pobreza é simplificar demais. Esse argumento cai por terra na medida em que existe prostituição no mundo todo e não só em países pobres. Eu acho que a gente deve analisar as coisas mais por uma visão cultural e histórica.

E dentro dessa visão, quais são as particularidades brasileiras?

No Brasil, temos muitas culturas e não só a judaico-cristã européia. Enquanto a gente não olhar essa diversidade, a forma como as pessoas vivem realmente, vamos continuar presos a preconceitos de um discurso classe média intelectualizada. Por exemplo, você sobe um morro qualquer no Rio de Janeiro e vê um homem com quatro ou cinco mulheres. Todas são amigas. Num primeiro momento, o discurso da esquerda tradicional pode dizer "isso é uma exploração", e as mulheres dizem "não é". Mas aí você vai dizer: "Elas tão com isso introjado na cabeça". Necessariamente não, elas podem viver outros valores de comunidade. Várias nações negras que vieram para aqui eram poligâmicas. As coisas, então, não são tão simples. A prostituição não é somente uma exploração.

E sobre a prostituição, quais são as visões que dominam na sociedade?

Existem três discursos. O discurso médico-sanitarista, que considera a prostituta uma transmissora de doenças e que acha que a prostituição deve ser controlada pelo Estado. Esse discurso facilita a repressão. O discurso abolicionista que a Igreja progressiva e a esquerda no geral pregam. Nesse a prostituta é vista somente como vítima do sistema econômico. O ideal é o desaparecimento da prostituição. Por último, o nosso movimento defende o discurso da auto-determinação da prostituta, defende a cidadania com plenos direitos, a possibilidade de escolha e profissionalização.

Como está sendo a batalha pela autodeterminação?

A nossa principal luta no momento é contra o Código Penal. Queremos que a prostituição seja legalizada e passe a ser regulada pela Legislação Trabalhista. Ao sair da marginalidade, as prostitutas poderão lutar por direitos, conseguir melhores condições de trabalho e registrar as associações que hoje existem de fato e não de direito. Deixamos de ser um assunto de delegado para ser de juiz.

A esquerda não é uma boa aliada?

Existe uma dificuldade tremenda em se admitir que há muitas mulheres que querem ser prostitutas. Na verdade, acho que a dificuldade maior está em se lidar com o mundo do desejo e da sexualidade.

Da onde surge essa dificuldade?

Pra começar, grande parte desses militantes famosos são pessoas "duras". Boa parte é machista e muitas mulheres ficam só no discurso da "mulher vítima". O incidente da Miriam Cordeiro foi ilustrativo. A postura defensiva do Lula demonstrou essa dificuldade em se fazer um discurso político sobre a sexualidade. Afinal de contas, é novidade um homem ter um caso como ele teve? Por que acabamos na defensiva?

A prostituta brasileira tem fama de fazer sucesso no Primeiro Mundo. O que a mulher brasileira tem que agrada?

Nós somos consideradas simpáticas, namoramos e conversamos com o cliente. E a gente sabe que homem gosta disso, homem é frágil pra caramba. Lá as mulheres são mais frias, não existe jogo de cintura e tudo é muito racional: dois minutos custa tanto, três minutos outro tanto. Essa diferença cultural gera confusão no movimento internacional. As prostitutas de lá, como seus governos, defendem o fim da imigração. Vamos discutir esse assunto no Congresso.



AO SAIR DA MARGINALIDADE, AS PROSTITUTAS PODERÃO LUTAR POR DIREITOS... CONSEGUIR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO... DEIXAR DE SER ASSUNTO DE DELEGADO PARA SER DE JUIZ.



A MATA



EXTRA: SADDAM HUSSEIN QUER MANDAR FORÇA DE PAZ DA ONU PARA LOS ANGELES!
E' GUERRA, SANTA?



BRASIL AGORA

OUTRAMODIFICAÇÃO NO MABA-MUNDI: A NOVA CAPITAL DA AFRICA DO SUL AGORA É LOS ANGELES!

